



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
CURSO LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

KATSON FERNANDES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA  
LEDOC/UFERSA**

MOSSORÓ  
2018

KATSON FERNANDES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA  
LEDOC/UFERSA**

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Prof. Dr. José Erimar dos Santos

MOSSORÓ  
2018

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

FF363 Fernandes, Katson.

m Movimentos sociais e educação: uma análise da  
LEDOC/UFERSA / Katson Fernandes. - 2018.

64 f. : il.

Orientador: José Erimar dos Santos.  
Monografia (graduação) - Universidade Federal

Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo,  
2018.

1. Movimentos Sociais. 2. Educação do Campo. 3.  
Políticas Públicas para o Campo. I. Santos, José  
Erimar dos, orient. II. Título.

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

KATSON FERNANDES

**MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA ANÁLISE DA  
LEDOC/UFERSA**

Monografia apresentada a Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de licenciado em Educação do Campo com Habilitação em Ciências Humanas e Sociais.

Defendida em: 23 / 03/ 2018.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador Prof. Dr. José Erimar dos Santos  
Presidente

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gerciane Maria da Costa Oliveira  
Membro Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaiky Pereira de Almeida  
Membro Examinadora

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, em seguida aos meus pais: Manoel Josenias Fernandes e Maria Das Dores Fernandes, pelos esforços que nunca foram medidos para ajudar-me. A minha irmã Kezia Fernandes e meu cunhado Clebson Alves.

Agradeço a minha esposa, companheira, amiga, Geonara de Souza Oliveira, por me fazer feliz a cada alvorada, e está sempre ao meu lado quando mais preciso, inclusive para ajudar na tabulação de dados para esta pesquisa.

Agradeço a todos os docentes que estiveram compartilhando o ambiente de aprendizado chamado sala de aula. Muito obrigado mesmo a todos(as) vocês!!!

Agradeço ao Orientador José Erimar dos Santos, um grande profissional que faz jus ao cargo de PROFESSOR, munido de muita competência, humildade, responsabilidade, caráter e ética. Muito obrigado por tudo, aulas, aproveitamentos de disciplinas, orientações, artigos, orientações para o mestrado, e o nosso grupo de pesquisa.

Agradeço aos membros da Banca Examinadora, a Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Gerciane Maria da Costa Oliveira, suas aulas foram fundamentais tanto para aprovação nos concursos como no mestrado, muito obrigado! Agradeço, também, à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Janaiky Pereira de Almeida, outra capacidade em pessoa. Muito obrigado por tudo. A curta monitoria, as aulas, as duas bancas de aproveitamento de disciplina, muito obrigado, de coração.

Agradeço, também, aos(às) docentes que estão afastados(as) no momento, em especial o Prof. Ms. Emerson Augusto de Medeiros, responsável por eu ter chegado até aqui, pois sem o seu incentivo confesso que teria desistido no primeiro semestre. Agradeço à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ady Canário, ao Prof. Ms. Linconlyn de Jesus, e à Prof<sup>a</sup>. Ms. Jamira Lopes.

Agradeço aos meus Amigos(as). Graças a Deus fiz muitas amizades nestes 4 anos. Obrigado Rodolfo, Heronildes, Francisco Antônio, Júnior Florentino, Átalo, Bruna, Raíssia, Aurivanete, Janaina, Auxiliadora, Euclides, Inácia, Rayane, José Gustavo, Joelma Regina, Joelma Pinto, Jocasta, à amiga de luta Alcinete Menezes. Um agradecimento em especial à Anna Cláudia, que seguirá como colega de turma na pós-graduação.

Enfim, obrigado a todos(as) que responderam ao questionário que serviu de coleta de dados primários indispensável ao desenvolvimento desta pesquisa. Desculpas aos que fiz algo que não gostaram.

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerente.

Paulo Freire

## RESUMO

Na história do Brasil, os Movimentos Sociais têm se colocado como importantes organizações políticas da classe trabalhadora, à medida que vem contribuindo, de forma significativa, nas conquistas e efetivações de políticas públicas. Assim, estaremos apresentando parte desta conjuntura ao pesquisarmos a relação entre Movimentos Sociais e Educação do Campo, tomando como dimensão empírica o Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. Esta investigação foi fundamentada em uma pesquisa de campo, complementada por uma pesquisa documental e por uma revisão bibliográfica. Como procedimento de coleta de dados primários realizamos aplicação de 100 questionários ao corpo discente do curso supracitado, entre os meses de novembro de 2017, até março de 2018. O objetivo principal foi investigar questões relacionadas às relações entre as políticas educacionais para o campo, mais especificamente a LEDOC/UFERSA, e os Movimentos Sociais que a compõe. Dentre os resultados, foi constatado que a LEDOC/UFERSA, carrega consigo contradições na relação entre a política pública educacional em execução e a participação dos Movimentos Sociais em sua origem e cotidianos, considerando que pelos resultados obtidos na pesquisa, estes movimentos contribuíram pouco na construção do curso, assim como historicamente contribuíram para que esta política fosse concretizada.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais; Educação do Campo; Políticas Públicas para o Campo.

## **ABSTRACT**

In the history of Brazil, the social movements have been placed as important political organizations of the working class, to the extent that has been contributing significantly in the achievements and effective of public policies. Thus, we will be presenting part of this juncture we researched the relation between social movements and education in the field, taking as empirical dimension the Course of Interdisciplinary Field Education of Universidade Federal Rural do Semi-Árido. This research was based on a on-side search, complemented by a documental research and literature review. As a procedure of primary data collection conducted application of 100 questionnaires to the student body of course mentioned above, between the months of November 2017 until March 2018. The main objective was to investigate issues related to the relations between the educational policies for the field, more specifically the LEDOC/UFERSA, and Social Movements that compose. Among the results, it was observed that the LEDOC/UFERSA, carries contradictions in the relationship between the educational public policy on implementation and the participation of social movements in their origin and everyday life, whereas the results obtained in the research, these movements have contributed little in the construction of the course, as well as historically contributed to this policy was implemented.

**Keywords:** Social Movements; Field Education; Public Policies for the Field.



## LISTA DE GRÁFICOS

|           |   |                                                                                            |           |
|-----------|---|--------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Gráfico 1 | – | <b>Local de Origem dos/das Discente da LEDOC/UFERSA .....</b>                              | <b>41</b> |
| Gráfico 2 | – | <b>Homens e Mulheres entre os/as Discentes da LEDOC/UFERSA .....</b>                       | <b>43</b> |
| Gráfico 3 | – | <b>Faixa Etária dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA .....</b>                                 | <b>43</b> |
| Gráfico 4 |   | <b>Discentes da LEDOC/UFERSA que Participaram ou Participam de Movimentos Sociais.....</b> | <b>49</b> |
| Gráfico 5 | – | <b>Porcentagem de Discentes Militantes na LEDOC/UFERSA.....</b>                            | <b>51</b> |
| Gráfico 6 | – | <b>Conhecimento dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA Acerca do PPC.....</b>                    | <b>53</b> |

## **LISTA DE MAPAS**

|                                                                                                           |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>Mapa 1 – Rio Grande do Norte: Destaque para a Mesorregião Oeste Potiguar.....</b>                      | <b>27</b> |
| <b>Mapa 2 – Municípios da Mesorregião Oeste Potiguar de Origem dos/as Estudantes da LEDOC/UFERSA.....</b> | <b>38</b> |
| <b>Mapa 3 – Municípios de Origem dos/as Estudantes da LEDOC/UFERSA.....</b>                               | <b>40</b> |

## LISTA DE QUADROS

|         |   |                                                                                                                                                                     |           |
|---------|---|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| Quadro1 | – | <b>Resultado das IES Aprovadas no Edital de Seleção nº. 02/2012-<br/>SESU/SETEC/SECADI/MEC e Posição da UFERSA.....</b>                                             | <b>32</b> |
| Quadro2 | – | <b>Municípios de Origem dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA.....</b>                                                                                                   | <b>39</b> |
| Quadro3 | – | <b>Assentamentos e Número de Famílias Assentadas nos Municípios de<br/>Origem dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA.....</b>                                             | <b>41</b> |
| Quadro4 | – | <b>Microrregiões e Municípios da Mesorregião Oeste Potiguar e Respectivos<br/>Totais de Docentes sem Graduação Por Níveis de Ensino Considerados,<br/>2017.....</b> | <b>46</b> |
| Quadro5 | – | <b>Movimentos Sociais Presentes na LEDOC/UFERSA.....</b>                                                                                                            | <b>49</b> |

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

|          |                                                                            |
|----------|----------------------------------------------------------------------------|
| CEB      | Câmara de Educação Básica                                                  |
| CNE      | Conselho Nacional de Educação                                              |
| CONSUNI  | Conselho Universitário                                                     |
| Dr       | Doutor                                                                     |
| ENERA    | Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária                         |
| FONEC    | Fórum Nacional de Educação do Campo                                        |
| FETARN   | Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar do Rio Grande do Norte |
| INCRA    | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária                        |
| IES      | Instituição de Ensino Superior                                             |
| LEDOC    | Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo                         |
| Ms       | Mestre                                                                     |
| MS       | Movimento Social                                                           |
| MST      | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra                               |
| PROCAMPO | Programa Nacional de Educação do Campo                                     |
| PRONERA  | Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária                           |
| UERN     | Universidade do Estado do Rio Grande do Norte                              |
| UFERSA   | Universidade Federal Rural do Semi-Árido                                   |
| SECADI   | Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão   |
| UNESCO   | Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura             |
| UNICEF   | Fundo das Nações Unidas para Infância                                      |
| INEP     | Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira     |
| PNLD     | Programa Nacional do Livro Didático                                        |
| PSV      | Processo Seletivo Simplificado                                             |
| SESU     | Secretaria de Educação Superior                                            |
| SETEC    | Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica                          |

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                  |           |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 – INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                      | <b>13</b> |
| <b>2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Sujeitos basilares para as conquistas das políticas educacionais no Brasil.....</b>             | <b>15</b> |
| <b>2.1 Políticas Públicas para a Educação do Campo .....</b>                                                                                     | <b>19</b> |
| <b>3 O CURSO LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFERSA – CAMPUS MOSSORÓ .....</b>                                             | <b>25</b> |
| <b>3.1 A UFERSA e seu Contexto: Situando a Instituição e o Local de Inserção da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo .....</b>     | <b>26</b> |
| <b>3.2 Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA: Histórico e caminhos .....</b>                                              | <b>30</b> |
| <b>4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E MOVIMENTOS SOCIAIS CONSTITUTIVOS DO CORPO DISCENTE DA LEDOC: Presenças e Construções....</b>                  | <b>37</b> |
| <b>4.1 Reflexões Acerca do Perfil Sociodemográfico dos/das Discentes da LEDOC/UFERSA .....</b>                                                   | <b>37</b> |
| <b>4.2 – Relações entre os Discentes e os Movimentos Sociais Presentes na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA .....</b> | <b>44</b> |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>                                                                                                               | <b>54</b> |
| <b>6 REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                       | <b>56</b> |
| <b>7 APÊNDICE A .....</b>                                                                                                                        | <b>60</b> |

## 1 – INTRODUÇÃO

A modalidade de Educação do Campo, tem estado inserida em um rol de políticas públicas que vêm sendo desenvolvidas em partes do território brasileiro, principalmente naquelas em que notamos uma expressividade maior de povos do campo. Diante desta conjuntura, algumas políticas públicas foram desenvolvidas, entre elas o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), que foi implementado como política pública no ano de 2010, para proporcionar formação superior aos docentes que atuam nas escolas do campo.

Apresentaremos uma análise a partir de um dos casos em que o PROCAMPO está se efetivando no Estado do Rio Grande do Norte, que é o Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC), da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Somado a este recorte, definimos como pretensão está respondendo a problemática, que é saber qual a relação entre a LEDOC/UFERSA e os Movimentos Sociais (MS) que a constituem, buscando identificar se estes estão presentes nesta política pública que foi resultado das lutas dos MS e em que situação e constituição se encontram no referido curso. Assim, esta pesquisa busca dirimir as questões relacionadas às relações entre as políticas públicas educacionais para o campo, tomando como recorte empírico da investigação a LEDOC/UFERSA, e os Movimentos Sociais, definindo como objetivos específicos investigar a relação do corpo discente da LEDOC e os Movimentos Sociais, e analisar a normativa vigente (Projeto Político Pedagógico), no tocante à relação que foi pensada e efetivada junto aos MS atuantes na luta por uma Educação do Campo na Mesorregião Oeste Potiguar

Esta pretensão surge a partir das discussões dos principais autores sobre a Educação do Campo: Roseli Salete Caldart (2002; 2011); Mônica Castagna Molina (2015); Bernardo Mançano Fernandes (2011); Miguel Gonzales Arroyo (2011), entre outros e outras que defendem, de forma majoritária, que os cursos de Licenciatura em Educação do Campo, espalhados pelo Brasil, são resultados de lutas protagonizadas pelos Movimentos Sociais do Campo. Diante de tal circunstância, buscamos analisar se este fato se concretiza na LEDOC/UFERSA. Apresentaremos como os movimentos sociais que lutaram para conquistar esta política pública aparecem na conjuntura atual do corpo discente do referido curso.

Como metodologia, realizamos um levantamento bibliográfico e utilizamos de uma pesquisa de campo, fazendo uso da aplicação de um questionário composto por questões semiabertas, com 100 discentes matriculados e ativos no curso, escolhidos de forma aleatória. Além dessas duas etapas metodológicas, foi realizada ainda uma pesquisa documental,

analisando principalmente o documento principal que normatiza a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA, que é o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) (UFERSA, 2013), se complementando com um levantamento e análise e reflexão de normativas sobre o tema e dados disponíveis em plataformas digitais de órgãos do Governo Federal, a fim de levantarmos dados secundários pertinentes à elaboração da pesquisa.

Este trabalho foi estruturado em três capítulos. O primeiro, intitulado: “Movimentos Sociais e a Educação Brasileira: sujeitos basilares para as conquistas das políticas educacionais no Brasil” vem trazendo discussões acerca deste binômio (Educação e Movimentos Sociais), que está no interior das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento da Educação do Campo. O capítulo também apresenta as políticas públicas que foram criadas nestas últimas décadas para as populações que vivem no campo.

O segundo capítulo, intitulado: “O curso Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA – Campus Mossoró” apresenta um pouco do histórico da UFERSA, destacando suas contribuições para a Mesorregião Oeste Potiguar, assim como sua importância para a construção do conhecimento que é produzido direcionado à convivência com o semiárido. Compõe ainda o capítulo 2, o subtópico intitulado: “Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA: Histórico e caminhos”, que vem apresentar o processo de formação deste curso, destacando as características mais relevantes, desde sua origem aos dias atuais.

O terceiro e último capítulo, “Projeto Pedagógico do Curso e Movimentos Sociais Constitutivos do Corpo Discente da LEDOC: presenças e construções”, destaca as diretrizes dispostas na versão do PPC de 2013 o qual dispõe das normativas às quais o curso é constituído. Somado a isso, ainda é o capítulo que aborda a presença dos Movimentos Sociais no corpo discente do curso, respondendo a questão-problema da pesquisa.

Ao final, apresentamos as considerações finais, destacando os principais apontamentos acerca do tema pesquisado, realizando reflexões críticas a partir dos resultados apresentados, seguidas das referências bibliográficas que nos auxiliaram na compreensão do objeto da pesquisa.

## 2 MOVIMENTOS SOCIAIS E A EDUCAÇÃO BRASILEIRA: Sujeitos basilares para as conquistas das políticas educacionais no Brasil

O Brasil tem apresentado, durante sua história, uma significativa presença dos Movimentos Sociais. Com isso, neste primeiro momento, é importante que tenhamos uma ideia básica a respeito do que venha ser um movimento social. Assim, para Giddens (2012, p. 713), são “tentativas coletivas de promover um interesse comum ou garantir um objetivo comum fora da esfera das instituições estabelecidas.” Tal conceito nos leva a perceber uma das principais características dos Movimentos Sociais, que é estar fora das instituições do Estado. Desta forma, são organizações que não são resultados do poder estatal, mas sim de sujeitos que formam coletivos para pressionar esse Estado, na maioria das vezes, para ter suas necessidades atendidas e/ou reivindicar direitos. Tendo em vista esta conjuntura, Touraine contribui afirmando que “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou de independência nacional [...]” (TOURINE 1978 *apud* GONH, 2010, p. 99). Ao analisar os Movimentos Sociais, é necessário destacar ainda, outra definição que o diferencia de algo que em algumas circunstâncias pode parecer que são ações sinônimas, porém não as são, existem diferenças entre um Movimento Social e uma mobilização social. Por isso,

Deve claramente se diferenciar o conceito de *movimento social* do de *mobilização social*. Longe de se tratar de uma questão semântica, um “movimento social” caracteriza uma organização, com relativo grau de formalidade e de estabilidade, que não reduz a uma dada atividade ou mobilização. Uma ‘mobilização social’ remete a uma atividade, que se esgota em si mesma quando concluída (MONTAÑO e DURIGUETO, 2011, p. 264; Grifos dos autores).

A partir desta conceituação, vemos que os MS detêm como fundamental, uma estrutura básica de organização, como exemplos, uma carta de princípios, estatutos, regimentos e demais documentos que compõem a identidade do MS. Eles tendem também, a ser uma organização coletiva mais duradoura, o que não implica defender que todos os Movimentos Sociais, são organizações permanentes com longos anos de atuação. Eles podem deixar de existir ou se reinventar, podendo acontecer casos de alguns deles permanecer com suas pautas de luta, e os mesmos sujeitos, porém mudam de nomenclatura para atender determinada demanda, inclusive do contexto vivenciado pelo país. Analisando tais discussões, notamos, que as teorias que versam sobre os Movimentos Sociais, são bastante amplas. Gohn (2000, p. 13; Grifos da autora), sintetiza o conceito de Movimentos Sociais, afirmando que:



*Movimentos sociais são ações coletivas de caráter sociopolítico, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum.. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.*

A partir deste ponto de vista, podemos concluir que a organização e construção de um MS parte de determinada conjuntura, que os conduzem a se reunirem para tentar solucionar uma eventual deficiência no modo de vida daquela coletividade, quando se tem um direito já assegurado e que não se efetiva de fato, ou de outro modo, quando o direito ainda é uma lacuna, ou seja, quando existe uma demanda necessária para melhoria daquele público. No entanto, não existe um direito garantido que assegure para aquela coletividade usufruir de meios que solucionem determinadas deficiências.

Com isso, as políticas públicas ao tornarem-se direitos, podem ser uma das soluções, porém, deve-se reconhecer que, tais conquistas só acontecem mediante a organização popular, através da pressão dos Movimentos Sociais populares frente ao Estado. Partindo desta situação, podemos considerar que os MS atuando enquanto agentes de mobilização e pressão para concretizações de mudanças sociais, é influenciado ainda, por uma série de fatores que contribuem para esta realidade,

O desenvolvimento explorador e espoliativo do capitalismo, a massificação das relações sociais, o descompasso entre o alto desenvolvimento tecnológico e a miséria social de milhões de pessoas, as frustrações com os resultados do consumo insaciável de bens e produtos, o desrespeito a dignidade humana de categorias sociais tratadas como peças ou engrenagens de uma máquina, o desencanto com a destruição gerada pela febre de lucro capitalista etc; são todos elementos de um cenário que cria um novo ator histórico enquanto agente de mobilização e pressão por mudanças sociais: os movimentos sociais (GOHN, 1988 *apud* GOHN, 2012, p. 20).

Esta conjuntura é o alicerce que sustenta o surgimento dos Movimentos Sociais no mundo. Trataremos aqui, dos MS que são considerados por Anthony Giddens, como os “Novos Movimentos Sociais”, como afirma Giddens (2012, p.718): “Desde o final da década de 1960, há uma explosão em Movimentos Sociais em muitos países ao redor do planeta”. Ao analisarmos este período no Brasil, coincide com o momento do Regime Militar que se inicia em 1964, em que notamos mudanças no país. Segundo Montañó e Duriguetto (2011, p. 267)

“Particularmente na realidade brasileira, a expansão dos movimentos sociais no país se deu num contexto de profundas transformações na economia e da exclusão da participação política das classes e camadas subalternas.” Aliado a isso, vale salientar ainda, que a década de 1980 foi um marco para a organização de trabalhadores e trabalhadoras no Brasil. Para Maria da Glória Gohn (2012, p. 64):

A sociedade como um todo aprendeu a se organizar e a reivindicar. Diferentes grupos sociais se organizaram para protestar contra o regime político vigente, para pedir ‘Diretas Já’, para reivindicar aumentos salariais. A sociedade civil voltou a ter voz. A nação voltou a se manifestar através das urnas. As mais diversas categorias profissionais se organizaram em sindicatos e associações. Grupos de pressão e grupos de intelectuais engajados se mobilizaram em função de uma nova Constituição para o país.

Foi neste cenário, que tivemos o surgimento do maior número de MS, muitos deles resultantes da luta pelo retorno da democracia. Visto as explanações supracitadas, a respeito dos MS, nos remetemos a estar refletindo acerca da relação entre os Movimentos Sociais e a Educação, reconhecendo que o conceito de Educação é um conceito que vai além da escola. Reconhecendo que as práticas pedagógicas apesar de sua diversidade de concepções, alinhamos nossa compreensão do processo formativo, à concepção da pedagogia dialética. De acordo com entendimento de Moacir Gadotti (2012, p. 176-177; Grifos do autor),

[...] a *pedagogia dialética* sustenta que a formação do homem se dá pela elevação da consciência coletiva realizada concretamente no processo de trabalho (interação) que cria o próprio homem. A educação identifica-se com o processo de hominização. A educação é o que se pode fazer do homem de amanhã.

Nesta perspectiva, notamos que o processo formativo chamado educação, está presente nos mais variados espaços, os quais estamos inseridos durante nosso desenvolvimento. Tendo em vista esta amplitude do conceito e das práticas educativas, a legislação educacional brasileira reconhece os espaços onde a educação é praticada. Segundo a Lei nº 9.394/96, (BRASIL, 1996), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, logo em seu 1º artigo define “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.” Nesta normativa, considerada a principal para educação brasileira, já encontramos a presença da relação entre a educação e os

Movimentos Sociais, quando afirma que no interior dos MS também acontece processos formativos.

Existente uma relação entre Educação e Movimento Sociais, sendo possível compreender melhor esta relação a partir da visibilidade proporcionada por algumas organizações ao passarem a realizar estudos nesta área, e abordando esta junção de categorias,

No Brasil, essa relação foi sendo vagarosamente construída a partir do fim dos anos 1970, quando foram criadas novas associações ou ativadas entidades científicas já existentes, a exemplo da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), a Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS) e as Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), realizadas bienalmente, que passaram a debater os problemas socioeconômicos e políticos e a destacar os grupos e movimentos sociais envolvidos. Essas entidades e eventos pautaram, no fim dos anos 1970 e durante a década de 1980, em seus grupos de trabalho e pesquisa, mesas e debates, o tema dos movimentos sociais (GONH, 2011, p. 334).

Com o avanço destas instituições, assim como das experiências concretas dos MS no campo da educação, foi possível ampliar as discussões relativas à presente relação entre Educação e Movimentos Sociais. Vale destacar que, na contemporaneidade, algumas organizações de caráter conservador, a exemplo da principal delas, que é o Movimento Brasil Livre (MBL) são vinculadas a partidos como o Democratas (DEM) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), também se consideram como “movimento”. Com isso, destacamos que ao falarmos de Movimento Social, estaremos nos reportando aos Movimentos Sociais Populares, ou seja, aqueles formados pelas camadas populares da sociedade, que não ocupam os altos escalões do poder.

Nesta discussão, é importante destacar que os Novos Movimentos Sociais (NMS), não possibilitam analisá-los de forma homogênea. A exemplo da América Latina, Goss e Prudêncio (2004, p. 87), destacam:

Os NMS latino-americanos apontam para um projeto alternativo em construção, o que indica que nessas novas práticas políticas ainda não há uma homogeneidade, sendo marcados por conotações de classe, uns de base mais popular (sem terra, bairros, sindicais) e outros mais típicos da classe média (ecológico e feminista). Há também uma dificuldade de penetração na sociedade civil como um todo, devido ao alcance fragmentado e localizado das ações. No entanto, compartilham a ideologia do anti-autoritarismo e lutam pela descentralização do poder.

Com isso, verificamos uma complexidade analítica em relação às investigações dos Novos Movimentos Sociais, assim como suas formas de atuação, o que vem acompanhando os processos influenciados pela sociedade da informação, que em relação aos NMS, o organizam em redes de atuação, interligando Movimentos Sociais de localidades diferentes, mas com proximidade em suas ações.

Portanto, de maneira geral, as discussões realizadas acerca dos MS no conjunto da sociedade, tem contribuído para a compreensão das relações existentes entre estes sujeitos coletivos e as instituições sociais, verificando que os MS tem influenciado, por meio de suas ações, algumas transformações em diferentes áreas sociais. Visto isso, percebemos que a educação enquanto uma instituição social, não está isenta desta realidade, inclusive podemos destacar que reivindicações destes sujeitos, tornaram-se políticas públicas educacionais, a exemplo de políticas de inclusão, e inclusão de determinados temas no âmbito da educação formal. Podemos perceber esta dinâmica, ao analisarmos parte das políticas públicas que foram instituídas para as populações do campo ao analisarmos a modalidade de Educação do Campo.

## **2.1 Políticas Públicas para a Educação do Campo**

Este item discutirá as políticas educacionais que foram conquistadas para beneficiar as populações do campo, fazendo um recorte para políticas públicas direcionadas para a categoria de Educação do Campo, apresentando históricos de formação destas ações, que em grande maioria, é o atendimento do Estado para responder à pressão dos MS organizados para exigir que a educação seja realmente universal, apresentando alguns conceitos que auxiliam na compreensão desta conjuntura, a exemplo do conceito de território.

O campo brasileiro não está estagnado. Ele está em constante movimento. Verificamos esta condição ao nos apoiar no conceito de território utilizado para o planejamento das políticas educacionais voltadas para o campo, a noção clara de território é importante, por isso nos remetemos ao entendimento de Fernandes (2008, p. 4), para quem “O território é utilizado como conceito central na implantação de políticas públicas e privadas, nos campos, nas cidades e nas florestas, promovidas pelas transnacionais, governos e movimentos socioterritoriais<sup>1</sup>.”

---

<sup>1</sup> Nelson Rodrigo Pedon (2009, p. 196) “O movimento socioterritorial pode ser considerado como uma forma de organização da classe trabalhadora, tendo por base os grupos populares ou as camadas populares excluídas e subordinadas.”

Esta concepção de território apresentada por Fernandes (2008) nos faz pensar na proposição acerca do território sugerida pelo geógrafo Milton Santos, ou seja, na noção de *uso do território*:

É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social. Trata-se de uma forma impura, um híbrido, uma noção, que por isso mesmo, carece de constante revisão histórica. O que ele tem de permanente é o nosso quadro de vida. Seu entendimento é, pois, fundamental para afastar o risco de alienação, o risco da perda do sentido da existência individual e coletiva, o risco de renúncia ao futuro (SANTOS, 1998, p. 15).

Percebemos com isso que “O território são formas, mas o território usado são *objetos e ações*, sinônimo de espaço humano, espaço habitado” (SANTOS, 1998, p. 16; Grifos nossos). É partindo desta concepção de território, que temos como resultado a efetivação de políticas educacionais voltadas para as populações do campo, enquanto sistemas de ações acionadas pelo Estado através de pressão dos Movimentos Sociais.

Existem algumas peculiaridades alusivas às especificações das políticas públicas construídas para as populações do campo, uma delas é apresentada por Molina (2015, p. 149): “Uma das principais características e diferenças das políticas públicas de Educação do Campo pautadas pelos movimentos sociais refere-se a sua participação e protagonismo, na concepção e elaboração de tais políticas”. Ou seja, os MS além de pressionar para que sejam concretizadas as políticas públicas, também são sujeitos que participam da construção, apesar destas características ter se alterado nos últimos anos.

De acordo com Caldart (2002), o primeiro passo referente à efetivação de projetos ou de programas direcionados para Educação do Campo, resultou dos debates que se deram, em 1997, durante a realização do 1º Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária (ENERA), promovido pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em parceria com a Unesco (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura) o Unicef (Fundo das Nações Unidas para Infância) e a Universidade de Brasília (UnB). O encontro teve como tema: “Escola, terra e dignidade”. Foi um momento de socialização das experiências que já vinham acontecendo no Brasil.

Neste evento, o representante da UnB, teve uma importante ação. Segundo Morissawa (2001, p. 243) “O professor João Todorov, reitor da UnB, entusiasmado com o programa proposto no encontro, resolveu ampliá-lo e apresentá-lo como projeto para as universidades brasileiras, junto com o MST e o MEC”. Foi a partir deste momento, que surgiu a primeira política pública para Educação do Campo – o Programa Nacional de Educação da Reforma

Agrária (PRONERA). Consideramos que este programa foi fundamental para as políticas públicas para o campo, pois,

Especialmente o PRONERA possibilitou a criação de cursos que vão desde a alfabetização de jovens e adultos até a pós-graduação possibilitando o acesso de 348.302 alunos sendo 303.117 de EJA, 30.295 de Nível Médio, 14. 416 de Nível Superior e 474 de especialização até 2009 (BATISTA, 2011, p. 63).

A partir de então, este programa possibilitou a execução de políticas públicas voltadas para o campo, a exemplo de curso de extensão, cursos técnicos, bacharelado, alfabetização de jovens e adultos, entre outros. Valendo salientar, que estas ações só foram possíveis a partir das iniciativas que foram sendo construídas entre os MS, com destaque para o MST, que desde a década de 1980 vem lutando pela efetivação destas políticas, e parcerias com outras entidades, como as universidades.

Apesar do PRONERA ter sido criado em 1998, somente no ano de 2010 é que um decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, regulariza e dispõe sobre a política de Educação do Campo. O Decreto nº. 7. 352/2010, apresenta em seu corpo um número significativo de artigos e incisos, que propõem que a Educação do Campo ganhe mais sustentabilidade jurídica. Vem definindo conceitos como os de população do campo, que segundo o § 1º, inciso I compreende-se como,

os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural (BRASIL, 2010, p. 1).

Além de identificar os sujeitos do campo, o decreto também conceitua o que venha a ser uma escola do campo. Ainda, de acordo com o § 1º, inciso II, considera-se escola do campo: “aquela situada em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquela situada em área urbana, desde que atenda predominantemente a populações do campo.” Sendo colocados estes dois principais conceitos, percebemos no decreto também os princípios que regem a política de Educação do Campo, entre outros. Destacamos o disposto em seu artigo 1º, que apresenta as principais características do decreto,

Art. 1º A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo, e será

desenvolvida pela União em regime de colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, de acordo com as diretrizes e metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação e o disposto neste Decreto (BRASIL, 2010, p. 1).

Este decreto estabelece, ainda, as principais normativas sobre Educação do Campo, no que diz respeito a efetivação dessa modalidade de educação enquanto política pública, ou seja, vem trazendo como deverão ser executadas as políticas públicas direcionadas aos povos do campo.

Outro resultado alcançado pelos Movimentos Sociais foi o Programa Nacional de Educação de Jovens para Agricultores/as Familiares integrada com Qualificação Social e Profissional (ProJovem Campo-Saberes da Terra), iniciado em 2005, promovido pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD). É uma política educacional que foi direcionada para a juventude do campo. Esta política passou por uma alteração em sua estrutura no ano de 2007, quando é criado o Programa Nacional da Inclusão de Jovens (PROJOVEM). A partir de então, passa a denominar-se de ProJovem Campo – Saberes da Terra. Com isso, apresenta a seguinte intenção:

O ProJovem Campo – Saberes da Terra tem como finalidade proporcionar formação integral ao jovem do campo por meio de elevação de escolaridade, tendo em vista a conclusão do Ensino Fundamental com qualificação social e profissional e potencializar a ação dos jovens agricultores para o desenvolvimento sustentável e solidário de seus núcleos familiares e suas comunidades por meio de atividades curriculares e pedagógicas, em conformidade com o que estabelecem as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo – Resolução CNE/CEB Nº 1 de 03/04/2002 (BRASIL, 2008).

Este programa foi uma resposta do Governo Federal a uma exigência do Movimento: *Por uma Educação do Campo*, em declaração construída em 2002, que entre as várias exigências, no tópico intitulado: “Por Uma Educação do Campo: propostas de ação para o novo governo”, a proposta de número três deste documento, reivindicava o seguinte: “3. Garantir a Educação Infantil (zero a seis anos) e a Educação Fundamental nas comunidades do campo. Nos anos finais da Educação Fundamental e na Educação Média a oferta pode ser regional, mas no campo, garantindo o transporte” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 15). Tal proposta é pensada para tentar amenizar os problemas encontrados na educação da juventude do Brasil.

São bastante significativos os números que expressam a situação educacional deste público:

Mais da metade dos adolescentes e jovens que não estavam estudando em 2010 abandonou a escola sem completar o ensino fundamental, de acordo com o Censo Demográfico. Como acontece na questão do acesso, os mais excluídos são crianças e adolescentes do sexo masculino, negros, que moram na área rural e têm pais ou responsáveis com pouca escolaridade (UNICEF, 2014, p. 64).

Salientamos ainda, que considerando a localização onde residem os estudantes, os dados referentes ao atraso escolar também se alargam quando se analisa o rural. De acordo com esta mesma pesquisa, “a taxa de atraso escolar entre os adolescentes que estudam no campo é de 69,4%, enquanto entre os estudantes da área urbana é de 53,3%.” (UNICEF, 2014, p. 72). Tal realidade sustenta as lutas para melhoria na Educação do Campo.

Segundo Frigotto (2014, p. 53), baseado nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) referente ao ano de 2012, “Aproximadamente 18 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estão fora da escola.” Salienta, ainda, que estes números são intensificados quando verificados a juventude do campo. Com isso, o Projovem Campo, foi uma tentativa, por parte do governo, de estar contribuindo para solucionar os problemas sociais que alcançam este público, oferecendo oportunidades para que este jovem permaneçam na escola, e que recebam uma profissionalização básica.

Outra importante política pública para a Educação do Campo foi a homologação do Decreto nº. 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo, e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), que foi instituído no governo da presidenta Dilma Rousseff, através da Portaria nº. 86, de 1º de fevereiro de 2013, sendo um importante passo para o desenvolvimento desta modalidade de educação, como deixa claro o parágrafo único do Artigo primeiro dessa normativa: “A política de educação do campo destina-se à ampliação e qualificação da oferta de educação básica e superior às populações do campo [...]”. Este programa foi estruturado a partir de quatro eixos, são eles: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação Inicial e Continuada de Professores; Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Infraestrutura Física e Tecnológica.

O eixo de *Gestão e Práticas Pedagógicas* irá executar ações relacionadas à disponibilização para as escolas do campo, de materiais pedagógicos a exemplo do livro didático, que está inserido no Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Objetiva, também, ampliar o fomento à educação em tempo integral. O eixo *Educação de Jovens e Adultos e Educação Profissional e Tecnológica*, junta-se ao programa com ações direcionadas a este público, buscando apoiar a ampliação das redes de ensino, valorizando mais ações voltadas para



a qualificação profissional. E o eixo *Infraestrutura Física e Tecnológica*, irá desenvolver ações voltadas à ampliação da infraestrutura, como construção de escolas. Também está incluído neste eixo, ampliação da oferta de transporte escolar intracampo, e ações para a promoção da inclusão digital.

Estas normativas são iniciativas que procuram contribuir para ampliação e melhoria dos espaços de educação formal que desenvolvem a Educação do Campo. Destacando o eixo relativo à *formação inicial e continuada de professores*, analisamos um subprograma intitulado “Programa de Apoio às Licenciaturas em Educação do Campo (PROCAMPO). Este programa é voltado para resolução de uma triste realidade presente nas escolas do Brasil. Apesar de ter tido uma diminuição nos últimos 20 anos, chegamos em 2017, ainda com docentes atuando em escolas sem curso superior habilitado para dar aula. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), em todo o Brasil, no ano de 2017, dos 509.814 docentes, 34.352 não possuem curso de licenciatura. Tendo em vista esta demanda, e pressionado pelos Movimentos Sociais, principalmente o MST, surge a primeira iniciativa para formar mais docentes no campo. Desta forma,

A implantação dessa política se inicia através de uma experiência piloto, com a construção de quatro cursos que foram realizados a partir dos convites efetuados pelo Ministério da Educação, a partir de indicações de instituições universitárias pelos movimentos sociais ligados à Educação do Campo (UFMG; UnB; UFBA e UFS), na audiência em que se apresentou a proposta da política a este coletivo (MOLINA, 2015, p. 151).

Paralelamente a este momento em que se efetivava estas experiências piloto que ocorreram a partir do ano de 2008, o movimento “Por Uma Educação do Campo”, que foi um movimento articulado a partir dos sujeitos que estiveram participando e construindo as ações da Educação do Campo, desde o primeiro Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária(ENERA), em 1997, e que tem reivindicações que de maneira geral estão relacionadas as conquistas de políticas públicas. Segundo Roseli Caldart (2011, p. 149-150; Grifos da autora),

Um dos traços fundamentais que vêm desenhando a identidade deste movimento *por uma educação do campo* é a luta do povo do campo por políticas públicas que garantam o seu direito à educação e a uma educação que seja no e do campo. No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.

Assim sendo, este movimento, continuou a reivindicar a ampliação destes cursos para todo o Brasil, considerando que o déficit de professores formados em uma outra concepção de educação, que valorizava as populações do campo, ainda era uma lacuna na educação brasileira, em todas as unidades federativas. A partir de então, o Ministério da Educação (MEC), lança editais nos anos de 2008<sup>2</sup> e 2009<sup>3</sup>, que convidam as instituições de ensino superior, a construir projetos para implementação de cursos de licenciatura em Educação do Campo. Desta forma, neste primeiro momento, 32 universidades conseguiram ser aprovadas nestes editais e passaram a ter em sua estrutura os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (MOLINA, 2015, p. 151). Até 2017, o Brasil passou por uma ampliação de cursos de Licenciaturas em Educação do Campo. Hoje, já totalizam, segundo dados do Ministério da Educação, 73 cursos em funcionamento no país.

Portanto, a partir das discussões anteriores é possível constatar que as políticas públicas para a Educação do Campo, não estão desligadas dos sujeitos coletivos que a compõe, e constroem. Detectamos ainda, que as lutas destes MS exigem que o Estado enquanto garantidor de direito, garantam meios para que se efetive a Educação do Campo. A experiência da UFERSA, não foi a primeira no Estado do Rio Grande do Norte, voltada para a formação de educadores e educadoras do campo. Segundo Medeiros (2016, p. 101)<sup>4</sup>, tivemos a experiência da Pedagogia da Terra, que aconteceu entre os anos de 2006 e 2011, resultante de parcerias firmadas entre a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e o INCRA, sendo realizada a partir do PRONERA, e tendo o apoio do MST e da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Rio Grande do Norte (FETARN). No entanto, foi uma experiência que não teve continuidade e formou apenas uma turma. Portanto, podemos considerar que o curso da UFERSA, surge para dar continuidade a este processo de formação de professores na Mosorregião Oeste Potiguar

---

<sup>2</sup> Edital nº 2, de 23 de abril de 2008: chamada pública para seleção de projetos de instituições públicas de ensino superior para o procampo.

<sup>3</sup> Edital de convocação nº 09, de 29 de abril de 2009: O MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – MEC, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – SECAD, convoca as Instituições Públicas de Educação Superior – IES públicas – para apresentarem projetos de Cursos de Licenciatura em Educação do Campo para a formação de professores da educação básica nas escolas situadas nas áreas rurais, considerando as diretrizes político-pedagógicas publicadas neste Edital, formuladas em consonância à Resolução CNE/CEB Nº 1, de 3/4/2002, e em observância à Resolução/CD/FNDE nº. 6, de 17 de março de 2009, âmbito do Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo – Procampo.

<sup>4</sup> Para aprofundamento das experiências de formação de professores do Campo, ler o texto de Emerson Augusto de Medeiros intitulado: “O curso de Pedagogia da Terra da UERN: Historiando a formação de professores do campo no Estado do Rio Grande do Norte”. Ver: AGUIAR, A.L.O.; MEDEIROS, E.A; FRANÇA, M.C.F. Educação, Diversidade e Histórias de Vida: experiências da formação em contextos locais. Curitiba: Editora CRV, 2016.

### **3 O CURSO LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO DA UFERSA – CAMPUS MOSSORÓ**

Antes de adentrarmos as discussões mais específicas sobre a LEDOC da UFERSA, se faz necessário apresentar a universidade que sedia este curso, seu papel diante da região a qual está inserida, suas características peculiares a uma instituição que carrega consigo o rural. Além disso, apresentar o território ao qual os conhecimentos produzidos nesta universidade há de servir, que é o semiárido potiguar, mais especificamente a Mesorregião Oeste Potiguar, o que conduz a ter uma instituição de ensino superior preocupada em construir por meio da ciência discussões e estratégias que desenvolvam práticas para a convivência com o semiárido. E finalizamos com a discussão da LEDOC/UFERSA, enquanto parte desta universidade.

#### **3.1 A UFERSA e seu Contexto: Situando a Instituição e o Local de Inserção da Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo**

Ao se discutir a educação brasileira, é notório atentar para uma característica importante em relação ao nível da educação superior. O Brasil carrega consigo um considerável “atraso” em relação à educação superior brasileira, isso implica em ter uma história recente dos primeiros estabelecimentos de ensino superior no Brasil,

Basta lembrar que a primeira universidade brasileira surgiu apenas em 1903, a Universidade Cândido Mendes, por iniciativa de uma família de verdadeiros iluministas que quiseram se dedicar à ciência. As universidades públicas foram criadas no Brasil somente após uma verdadeira revolução cultural ocorrida em 1922, por ocasião da Semana de Arte Moderna, que projetou a necessidade do surgimento de um pensamento nacional, brasileiro, que se dedicasse às artes, à cultura e à ciência nos seus mais diferentes aspectos (STÉDILE, 2012, p. 18).

Apesar deste desenvolvimento do Ensino Superior, que chegou de forma tardia ao território brasileiro, o município de Mossoró, no Estado do Rio Grande do Norte, protagonizou uma ação fundamental para a expansão do ensino superior potiguar. De acordo com informações disponibilizadas pelo site <https://ufersa.edu.br/> (2018), ainda no ano de 1967, a Prefeitura Municipal de Mossoró/RN, por meio do Decreto de nº. 03/67, cria a Escola Superior de Agricultura de Mossoró (ESAM), contribuindo não somente para a expansão, mas também para a interiorização das universidades. Vale destacar ainda, que durante este período, na história do Brasil, o país estava sob o Regime Militar. Com isso, destacamos que as instituições

de ensino voltava-se para as elites regionais, retornando uma prática marcante na história da educação brasileira, a exemplo do período do Império no início do século XIX. Segundo Gondra e Schueler (2008, p. 29), “Ao mesmo tempo em que buscava governar, o Estado revalidava e estabelecia hierarquias educacionais e distinções sociais marcadas pela criação de instituições educacionais destinadas a públicos distintos [...]”

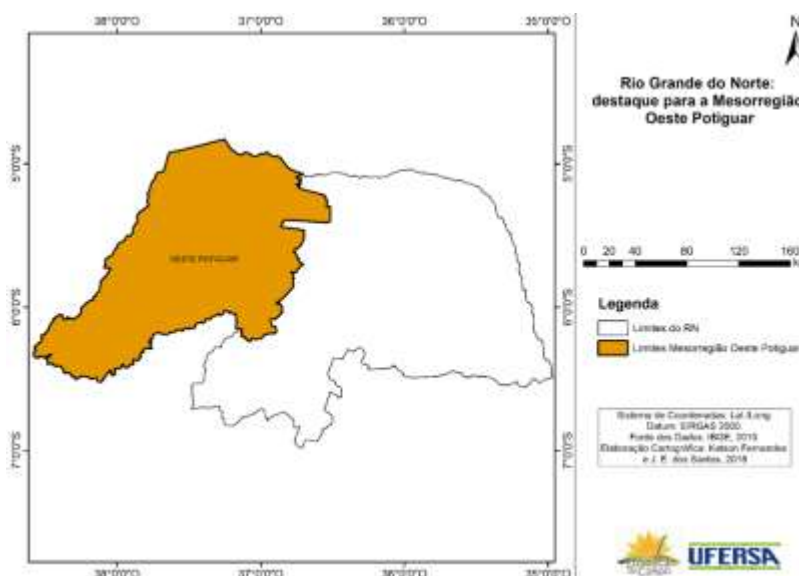
Outra característica que é importante destacar, é que a ESAM, define uma personalidade de instituição de ensino que tem sua identidade, desde o início, voltada para o rural. No entanto, este rural que nasce no interior do Regime Militar é um rural da burguesia, assim como fora a estrutura da educação brasileira, que utilizou-se do aparelhamento estatal para conservar suas posições.

A burguesia impõe a operários e camponeses sua concepção de mundo e conserva unido esse bloco social, embora marcado por profundas contradições. Utiliza-se, para isso, da escola, da igreja, do serviço militar, da imprensa.(GADOTTI, 2012, p. 75).

Um fato relevante a observar é que a ESAM iniciou suas atividades ofertando os primeiros cursos, o de Agronomia e, posteriormente, Medicina Veterinária, que são cursos que na década de 1960 e 1970, eram predominantemente constituídos pela elite, que era quem mais tinha acesso ao nível superior.

O (Mapa 1), abaixo, apresenta a região em que a instituição de nível superior visa atender.

**Mapa 1 – Rio Grande do Norte: Destaque para a Mesorregião Oeste Potiguar**



**Fonte:** IBGE, 2010. **Elaboração Cartográfica:** Katson Fernandes e J. E. dos SANTOS, 2018.

Com o passar do tempo, a ESAM foi , aumentando sua estrutura, assim como o número de cursos, e a partir de 2003 inicia-se uma luta conjunta de seus servidores em parceria com representantes legislativos e executivos, tanto a nível municipal, estadual e da união, para transformar a ESAM, em Universidade Federal, conseguindo êxito somente no ano de 2005, quando o presidente da república, Luiz Inácio Lula da Silva, sanciona, no dia 29 de julho de 2005, a Lei nº. 11.155, que transforma a ESAM, em a Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), tendo na Mesorregião Oeste Potiguar um grande projeto para a educação da população desta região. A UFERSA desenvolve suas ações a partir da seguinte missão:

Art. 2º A missão da UFERSA é produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região Semi-Árida brasileira, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e o exercício pleno da cidadania, mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender demandas da sociedade (UFERSA, 2005, p. 4).

A partir de então, muitas transformações ocorreram nesta instituição, ampliação do número de cursos de graduação e pós-graduação, assim como a expansão para outros municípios do estado, como Angicos, Pau dos Ferros e Caraúbas, sendo marcos da história da interiorização da educação superior potiguar.

O território a qual está localizada a UFERSA, é uma região de clima semiárido; um bioma que ocupa a maior parte da região Nordeste, trazendo consigo algumas características peculiares. Segundo Silva (2012, p.17), “As regiões semi-áridas são caracterizadas, de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas [...]”. Porém, a região Nordeste, apresenta também recursos positivos para a convivência do nordestino nesta localidade. Para Josué de Castro (1984, p. 114),

O solo da região, em sua maior parte do tipo massapê — terra escura, gorda e pegajosa, que recobre em espessa camada porosa os xistos argilosos e os calcários do Cretáceo — é de uma magnífica fertilidade. Solo originariamente de qualidades físico-químicas privilegiadas, com uma grande riqueza de humo e de sais minerais. O clima tropical, sem o excesso de água da região amazônica, com um regime de chuvas, de estações bem definidas, também contribui favoravelmente para o cultivo fácil e seguro de cereais, frutas, verduras e leguminosas de uma grande variedade.

É a partir destas características apresentadas por Josué de Castro, que a UFERSA vem desenvolvendo suas ações para melhorar a convivência da população potiguar que convive com os fenômenos naturais, a exemplo da seca. Desta forma, a educação para estas populações deve

apresentar projetos que demonstre ser possível viver com dignidade no campo do Rio Grande do Norte. A universidade como um espaço de formação do conhecimento, deve contribuir para o desenvolvimento de iniciativas científicas para convivência com o semiárido, pois,

O segredo da convivência está em compreender como o clima funciona e adequar-se a ele. Não se trata mais de “acabar com a seca”, mas de adaptar-se de forma inteligente. É preciso interferir no ambiente, é claro, mas respeitando as leis de um ecossistema que, embora frágil, tem riquezas surpreendentes (MALVEZZI, 2007, p. 12).

Assim sendo, a UFERSA, tem contribuído de forma significativa para auxiliar as populações deste território, principalmente as que compõem o campo da Mesorregião Oeste Potiguar, a desenvolver estratégias para viver melhor neste espaço. Ratificando-se no disposto no Estatuto da UFERSA, em seu artigo 4º, que trata dos objetivos desta universidade, no inciso III, afirma que é um dos objetivos da instituição “Estabelecer diálogo<sup>5</sup> permanente com a sociedade de forma a contribuir para a solução dos problemas sociais, ambientais, econômicos e políticos, dando ênfase à região Semiárida brasileira.”

Tendo em vista tais preocupações, aliado aos esforços dos docentes, esta instituição de ensino superior, tem em sua estrutura desde 2013 o Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo, contribuindo para a educação da população da Mesorregião Oeste Potiguar, oferecendo uma modalidade de educação diferenciada, estruturada a partir da concepção político-pedagógica de Educação do Campo, que surge de necessidades sentidas a princípio pelos trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra, quando em suas ocupações de terra e assentamentos, viram que estava ausente iniciativas voltadas para educação, e que as práticas educativas da escola considerasse suas características de homem e mulher do campo, com isso

Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem-terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar (CALDART, 2011, p. 93).

É partindo desta conjuntura, que os Movimentos Sociais construíram lutas para que fosse assegurado para estas populações, um direito que lhes é garantido desde a constituição de

---

5 Este diálogo proposto pela UFERSA é constituído em seus projetos de pesquisas, principalmente os praticados a partir de pesquisas de campo, e as atividades de extensão, destacando ainda, que este diálogo deve partir da concepção de Paulo Freire, de comunicação. Para aprofundar este assunto, ver: FREIRE, P. *Extensão ou Comunicação?* (Tradução de Rosisca Darcy de Oliveira). 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

1988, a qual preceitua como princípio da educação em seu Art. 206, inciso I, que o ensino deve partir da “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”. Assim sendo, as populações do campo devem ter garantido o direito de frequentar a escola, o que foi reconhecido também na Lei nº. 9.394/96 (LDB), que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. No caput do artigo 28, são ratificadas as principais características deste direito para estas populações do campo: “Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, [...]”. É a partir de então, que a UFERSA, com o curso da LEDOC, tem buscado atender estas e outras demandas do meio rural.

### **3.2 Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA: Histórico e caminhos**

A educação é algo que está presente desde os primeiros momentos do principal movimento social do campo brasileiro, o MST. Com isso, várias ações foram desenvolvidas em virtude da articulação destes trabalhadores. Segundo Morissawa (2001, p. 241), “Entre esses avanços, esteve o início, em janeiro de 1990, em Braga, Rio Grande do Sul, do primeiro curso de Magistério voltado a escolas de assentamentos”. Posterior a esta iniciativa, os Movimentos Sociais, principalmente o MST, passa a pensar um projeto de educação voltado para as populações do campo, realizando vários eventos para debater as conjunturas referentes à Educação do Campo. Como exemplo destes eventos, podemos colocar as Conferências Nacionais. Para Fernandes (2011), alguns destes eventos merecem ser destacados, na construção da Educação do Campo, como o I Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (I ENERA), em 1997, e a primeira conferência nacional, com o tema: *Por uma Educação Básica do Campo*, realizada na cidade de Luziânia, Goiás, em 1998. E a segunda conferência nacional, que foi realizada com o tema: *Por uma Política Pública de Educação do Campo*, também realizada em Luziânia no ano de 2004. E uma das grandes conquistas em relação à representatividade dos sujeitos que constroem a Educação do Campo foi a criação, em 2010, do Fórum Nacional de Educação do Campo<sup>6</sup> (FONEC), em ganha

---

<sup>6</sup> Este manifesto foi resultado de uma reunião realizada entre as entidades integrantes do Fórum Nacional de Educação do Campo (FONEC), reunidas de 15 a 17 de agosto de 2012, em Brasília, com a participação de 16 (dezesseis) movimentos e organizações sociais e sindicais do campo brasileiro e 35 (trinta e cinco) instituições de ensino superior, para realizar um balanço crítico da Educação do Campo no Brasil. Fonte: Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação do Campo (GEPEC). Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/documentos/forum-nacional-de-educacao-do-campo-manifesto-a.pdf/view>. Acesso em: 19/03/2018).

destaque o documento intitulado: “Manifesto à Sociedade Brasileira”, onde define em seu primeiro ponto a Educação do Campo:

A Educação do Campo surge das experiências de luta pelo direito à educação e por um projeto político pedagógico vinculado aos interesses da classe trabalhadora do campo, na sua diversidade de povos indígenas, povos da floresta, comunidades tradicionais e camponesas, quilombolas, agricultores familiares, assentados, acampados à espera de assentamento, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos e trabalhadores assalariados rurais (FONEC, 2012, p. 1).

Identificamos assim, o protagonismo dos sujeitos do campo na luta pela construção das políticas públicas direcionadas para atender estas populações. Como resultado das lutas dos movimentos sociais do campo a nível nacional, e atendendo o previsto no Decreto nº. 7.352, de 4 de novembro de 2010, que dispõe sobre a política de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), em seu artigo 4º, no inciso IV, ao apresentar os objetivos da política de Educação do Campo, percebemos como um destes princípios legitima as ações governamentais voltadas para formação de professores. Como declara a norma é um dos objetivos o “acesso à educação superior, com prioridade para a formação de professores do campo.” somando ao inciso VI “formação inicial e continuada específica de professores que atendam às necessidades de funcionamento da escola do campo”.

O Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFRSA, não apresenta um histórico de construção junto aos movimentos sociais, devido sua formação inicial ser resultado de um processo, que via editais, buscou implementar essa modalidade de licenciatura em universidades e institutos federais. Assim, o Governo Federal lança o edital de seleção nº 02/2012- SESU/SETEC/SECADI/MEC DE 31 DE AGOSTO DE 2012, que foi uma chamada pública para seleção de Instituições Federais de Educação Superior (IFES) e de Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), para criação de cursos de Licenciatura em Educação do Campo, na modalidade presencial. Entre outros, o edital definia o seguinte objetivo:

O Programa visa apoiar a implantação de 40 cursos regulares de Licenciaturas em Educação do Campo, que integrem ensino, pesquisa e extensão e promovam a valorização da educação do campo, com no mínimo 120 vagas para cursos novos e 60 vagas para ampliação de cursos existentes, na modalidade presencial a serem ofertadas em três anos. Os Projetos deverão contemplar alternativas de organização escolar e pedagógica, por área de conhecimento, contribuindo para a expansão da oferta da educação básica nas comunidades rurais e para a superação das desvantagens educacionais históricas sofridas pelas populações do campo, tendo como prioridade a



garantia da formação inicial de professores em exercício nas escolas do campo que não possuem o Ensino Superior (BRASIL, 2012, p. 1).

Assim sendo, este edital pode ser considerado como o marco inicial que dar origem à LEDOC/UFERSA e mais 44 instituições de nível superior que tiveram suas propostas aprovadas e divulgadas na Portaria da SECADI nº. 72, de 21 de dezembro de 2012, no Diário Oficial da União, nº. 241, seção 1, pg. 13, (**Quadro 1**). A partir de então, inicia-se, nestas instituições, a organização de processos seletivos para o ingresso dos discentes.

**Quadro1: Resultado das IES Aprovadas no Edital de Seleção nº. 02/2012-  
SESU/SETEC/SECADI/MEC e Posição da UFERSA**

| <b>Classificação</b> | <b>Nome da Instituição de Ensino Superior</b>                                                    |
|----------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 1º                   | Universidade de Brasília                                                                         |
| 2º                   | Universidade Federal do Espírito Santo                                                           |
| 3º                   | Universidade Federal da Fronteira do Sul - Laranjeiras do Sul                                    |
| 4º                   | Universidade Federal de Santa Catarina                                                           |
| 5º                   | Universidade Federal de Viçosa                                                                   |
| 6º                   | Universidade Federal do Pará – Campus de Marabá                                                  |
| 7º                   | Universidade Federal do Triângulo Mineiro                                                        |
| 8º                   | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão – Campus São Luis                |
| 9º                   | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais                     |
| 10º                  | Universidade Federal da Paraíba                                                                  |
| 11º                  | Universidade Federal do Amapá                                                                    |
| 12º                  | Universidade Federal do Recôncavo Baiano – Campus Feira de Santana                               |
| 13º                  | Universidade Federal do Espírito Santo – Campus São Mateus                                       |
| 14º                  | Universidade Federal dos Vales dos Jequitinhonha e Mucuri                                        |
| 15º                  | Universidade Federal da Grande Dourado                                                           |
| 16º                  | Universidade Federal do Pará – Campus de Abaetetuba                                              |
| 17º                  | Universidade Federal do Pará – Campus de Altamira                                                |
| 18º                  | Universidade Federal do Pará – Campus de Cametá                                                  |
| 19º                  | Universidade Federal do Paraná – Litoral Sul                                                     |
| 20º                  | Universidade Federal de Rondônia                                                                 |
| 21º                  | Instituto Federal de Farroupilha                                                                 |
| 22º                  | Universidade Federal da Fronteira Sul – Campus Erechim                                           |
| 23º                  | Universidade Federal do Rio Grande                                                               |
| 24º                  | Universidade Federal do Recôncavo Baiano – Campus Amargosa                                       |
| 25º                  | Universidade Federal de Goiás – Campus Catalão                                                   |
| 26º                  | Universidade Federal de Goiás – Campus Cidade de Goiás                                           |
| 27º                  | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus São Vicente da Serra |
| 28º                  | Universidade Tecnológica Federal do Paraná                                                       |
| 29º                  | Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro                                                     |
| 30º                  | Universidade Federal do Pampa                                                                    |

|            |                                                                                                    |
|------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 31º        | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina - Canoinhas                  |
| 32º        | Universidade Federal do Mato Grosso do Sul                                                         |
| 33º        | Universidade Federal do Piauí – Campus Cinobelina Elvas                                            |
| 34º        | Universidade Federal do Piauí – Campus Floriano                                                    |
| 35º        | Universidade Federal do Piauí – Campus Picos                                                       |
| 36º        | Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Campus Litoral Norte                                   |
| 37º        | Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre                                    |
| 38º        | Universidade Federal de Tocantins                                                                  |
| 39º        | Universidade Federal de Tocantins - Campus Tocantinópolis                                          |
| <b>40º</b> | <b>Universidade Federal Rural do Semi-Árido</b>                                                    |
| 41º        | Universidade Federal do Maranhão                                                                   |
| 42º        | Universidade Federal do Piauí – Campus Teresina                                                    |
| 43º        | Universidade Federal de Roraima                                                                    |
| 44º        | Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina – Campus São Miguel do Oeste |
| 45º        | Universidade Federal Fluminense                                                                    |

**Fonte:** Diário Oficial da União, 2012.

Na UFERSA, o primeiro edital para o ingresso da primeira turma, foi aprovado na decisão do Conselho Universitário (CONSUNI) nº. 126, de 03 de setembro de 2013, que aprova o edital do processo seletivo 2013.2 do curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. Um fato interessante é que a UFERSA, apesar de já está com cursos de graduação desenvolvendo atividades no campo, como Agronomia, Engenharia Florestal, Ecologia, entre outros, não havia ainda tido experiência com cursos de licenciatura presencial no campus central da instituição. Esta foi uma característica de outras instituições de ensino superior a nível nacional, fato constatado por Molina (2015, p. 151),

Esse é um detalhe de diferença relevante a ser observado agora no processo de ampliação: da época do início do Procampo, foram convidadas a integrar a proposta universidades que já tinham experiências na oferta de cursos de Educação do Campo e parcerias com os movimentos sociais e sindicais, o que não se repetiu nesta ampliação dos 42 cursos, havendo, entre eles IES que nunca desenvolveram projetos de ensino, pesquisa ou extensão nesta área de conhecimento.

No entanto, o fato da universidade não ter ainda a experiência com licenciaturas, não foi uma característica que inviabilizou o andamento do curso. Desta forma, no final de 2013 é lançado o primeiro edital para ingresso dos primeiros alunos. Uma especificidade em relação à LEDOC é a forma de ingresso por Processo Seletivo Vocacionado (PSV). Desde o ano de 2010, quando foi lançado o Sistema de Seleção Unificada (SISU), grande parte das universidades

públicas brasileiras aderiu a este sistema, inclusive já em 2011 a UFERSA aderiu e definiu como forma de acesso aos seus cursos, a nota alcançada pelos estudantes no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Porém, o ENEM descaracteriza o que é pensado para a Educação do Campo. Segundo Molina (2015, p. 154),

Em relação às estratégias de ingresso, é fundamental estar atento que as Licenciaturas em Educação do Campo, necessariamente, devem garantir o ingresso dos sujeitos camponeses na Educação Superior. E, dada a histórica desigualdade na garantia do direito à educação aos povos do campo, que se traduz na extrema fragilidade das escolas no meio rural, é imprescindível que se garanta a realização de um vestibular específico, mantendo, necessariamente, o caráter de política afirmativa do Procampo.

Ponderamos que tal peculiaridade em relação ao acesso é um ponto positivo para as populações que vivem no campo brasileiro, considerando as dificuldades que tiveram no acesso à educação básica. Processos seletivos nos moldes do ENEM, dificultam o ingresso de homens e mulheres do campo, que sonham em ter um curso de nível superior. No entanto, os conteúdos cobrados em provas do ENEM vão muito além, em relação aos conteúdos que estas pessoas tiveram em sua formação. É preciso ter a igualdade baseada no que Rui Barbosa (1999, p. 26) dizia, em discurso proferido em 1920: “A regra da igualdade não consiste senão em quinhoar desigualmente aos desiguais, na medida em que se desigualem”. É por esta razão que achamos que a forma de ingresso na LEDOC/UFERSA, deve permanecer por PSV, para que ofereça mais oportunidade às populações do campo da região onde se insere já tão marcada por desigualdades socioespaciais.

O primeiro edital que foi lançado pela UFERSA, em 2013, ofereceu 120 vagas, sendo divididas para ingresso nos semestres 2013.2 e 2014.1, sendo 60 vagas para cada semestre. Para candidatos e candidatas que pleiteavam cursar a LEDOC, o edital já traz uma definição do eventual público, que se almeja alcançar para compor este curso, colocando alguns requisitos para selecionar aqueles a quem o curso deve destinar-se:

- 1.1. Professores em exercício nas escolas do campo da rede pública que tenham o ensino médio concluído e não tenham formação de nível superior.
- 1.2. Profissionais da educação que atuem nos centros de alternância ou em experiências educacionais alternativas de Educação do Campo, **vinculados a movimentos sociais** ou sindicais do campo, que tenham o ensino médio concluído e ainda não tenham formação de nível superior.
- 1.3. Profissionais da educação com atuação em programas governamentais que visem à ampliação do acesso à educação básica da população do campo, que tenham o ensino médio concluído e ainda não tenham formação de nível superior.

1.4. Jovens e adultos de comunidades do campo que tiverem concluído o ensino médio ou curso equivalente e não tenham formação em nível superior. A não conclusão do ensino médio implicará na perda automática da vaga no momento da matrícula na UFERSA.

1.5. Serão consideradas escolas e comunidades do campo aquelas que têm seu espaço geográfico classificado pelo IBGE como rural e localizada no estado do Rio Grande do Norte (BRASIL, 2013, p. 1; Grifos nossos).

Percebemos nestes requisitos para ingresso na LEDOC, o objetivo de assegurar para que os sujeitos do campo, ou profissionais que atuam com as populações camponesas, estivessem presentes no corpo discente desta licenciatura, oportunizando ainda, com a realização do Processo Seletivo Simplificado, que estes candidatos fossem, em sua maioria, oriundos das zonas rurais de municípios que fazem parte da Mesorregião Oeste Potiguar. Visando desta forma que estes sujeitos ao ingressarem no curso pudessem oferecer melhores contribuições para o desenvolvimento socioeconômico desta região semiárida, que carrega consigo uma diversidade de características naturais e sociais.

Desde o ano de 2013, já foram realizados, até os dias atuais (2018), cinco processos seletivos, mantendo as mesmas propostas de estratégias de ingresso, e a cada ano, as gestões assumem o desafio junto à universidade para garantir não só o acesso, mas também a permanência destes discentes no curso, tendo em vista que a maioria dos alunos são oriundos de outros municípios, e o curso acontece no turno diurno, o que acaba dificultando ainda mais a possibilidade de estudar e trabalhar. O que seria oportunizado pela prática da Pedagogia da Alternância<sup>7</sup>, que é uma metodologia que alterna entre tempo escola e tempo comunidade. Para Silva (2006, p.78) “Os fatores que contribuíram para o surgimento da Pedagogia da Alternância, no Brasil, tiveram relação direta com a economia agrícola baseada na produção de subsistência.” Foi partindo desta concepção que os cursos de Educação do Campo de todo o Brasil, buscaram constituir-se em sua estrutura organizativa com a Pedagogia da Alternância. Porém, cada curso têm desenvolvido práticas distintas e na LEDOC/UFERSA não poderia ser diferente, pois apresenta um condicionante socioespacial ímpar que dificulta a realização de uma Alternância mais eficaz, pelo menos observada na situação até em que essa pesquisa foi desenvolvida: a) o fato dos alunos serem em sua maioria de municípios vizinhos a Mossoró, o que os fazem voltarem todos os dias para suas comunidades; b) falta de uma clareza e de diretrizes organizacionais expressas no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) quanto ao planejamento, elaboração e realização de atividades ligadas à Alternância; c) escassez de

---

<sup>7</sup> Segundo Salete Roseli Caldart (2011, p. 104), “Ela brota do desejo de não cortar raízes”. Na LEDOC/UFERSA a Pedagogia da Alternância está organizada em três semanas de Tempo Escola e duas de Tempo Comunidade. Porém, depende de cada componente curricular..

recursos que possibilitem a permanência dos/as estudantes na universidade no tempo escola. Apesar disso, entendemos que uma análise do contexto constitutivo do curso com ações pensadas coletivamente de forma interdisciplinar com os/as docentes e discentes seria um caminho para melhorar e organizar de forma mais significativa essa dimensão do currículo do supracitado curso.

Portanto, de maneira geral, a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA, vem desenvolvendo-se de forma progressiva. Neste ano de 2018, estão previstas as formaturas das primeiras turmas. Salientamos ainda que, os processos seletivos para novos alunos estão acontecendo de forma regular, ampliando a cada ano o número de graduandos e graduandas no curso.

## **4 PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO E MOVIMENTOS SOCIAIS CONSTITUTIVOS DO CORPO DISCENTE DA LEDOC: Presenças e Construções**

Os cursos de ensino superior no Brasil, têm como normativa suprema os seus Projetos Políticos Pedagógicos, é neste documento onde é disponibilizadas todas as informações sobre o funcionamento de cada curso. Diante destas informações, nos propomos a desenvolver uma análise tomando por base as informações disponibilizadas no PPC da LEDOC, buscando identificar as principais características que conduzem a formação do perfil do curso e dos discentes a quem o curso se propõe atender. Assim, este capítulo está estruturado em dois tópicos, o primeiro intitulado: “Reflexões acerca do perfil sociodemográfico dos/das discentes da LEDOC/UFERSA” que apresentará informações e discussões direcionadas aos aspectos relacionados constitutivos do corpo discentes do curso. E o segundo subtópico deste capítulo, intitulado: “Relações entre os Discentes e os Movimentos Sociais Presentes na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA”, que vem fazendo uma discussão envolvendo a participação dos/as discentes do curso com os Movimentos Sociais.

### **4.1 Reflexões Acerca do Perfil Sociodemográfico dos/das Discentes da LEDOC/UFERSA**

Considerando as discussões já realizadas anteriormente, em uma escala macro, percebemos uma relação bastante próxima entre os Movimentos Sociais e a criação de políticas públicas para as populações do campo, inclusive dedicando a efetivação destas políticas, como resultado das ações desenvolvidas pelos MS. Nesta perspectiva, discutiremos o caso específico da LEDOC/UFERSA, relacionando as diretrizes do Projeto Pedagógico do Curso com as tipologias e a presença dos MS no corpo discente desta licenciatura, apresentando os sujeitos ligados aos Movimentos Sociais de forma geral e especificando os mais próximos da luta pela Educação do Campo.

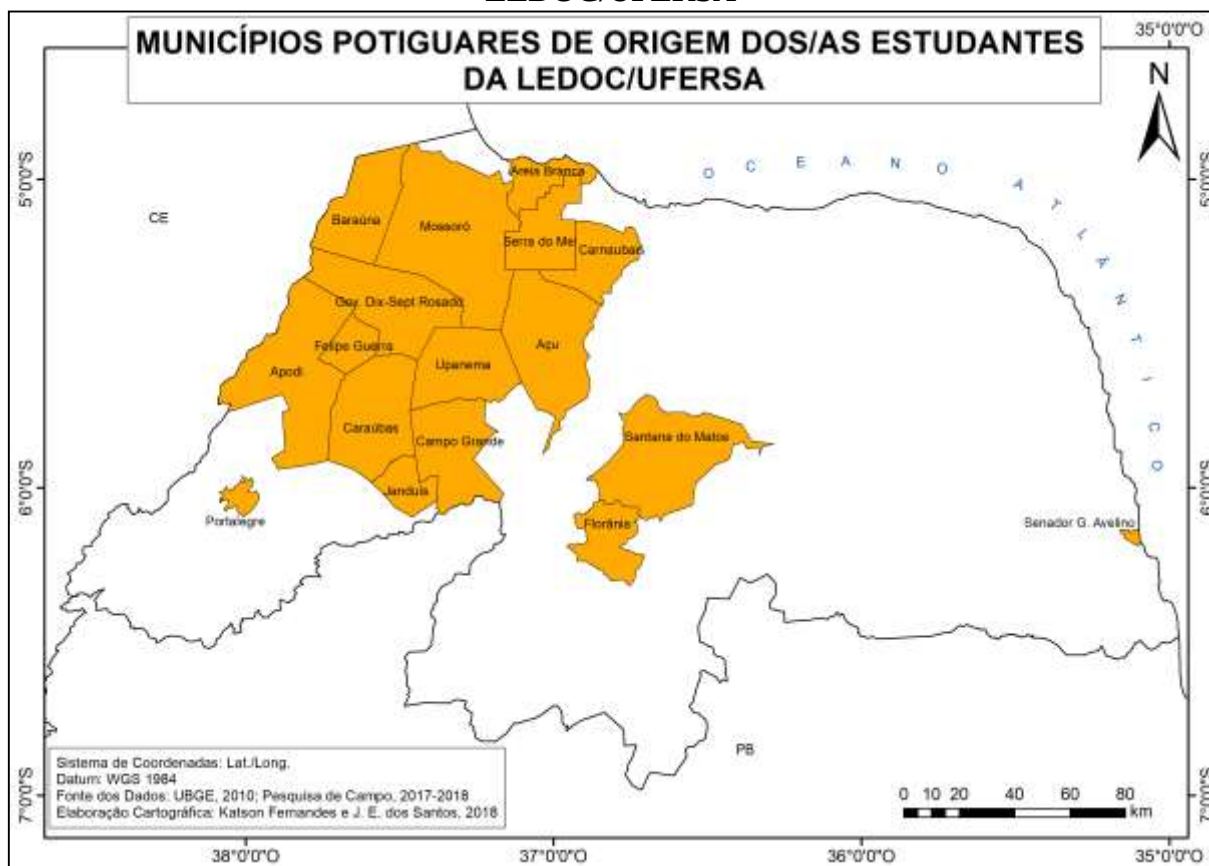
Dessa forma, em um primeiro momento destacamos o perfil sociodemográfico dos/as discentes, suas relações constituídas com os Movimentos Sociais, e a relação dos movimentos identificados no referido curso, com as conquistas da Educação do Campo. Ou seja, buscamos apresentar uma discussão mais específica para compreender a relação que estes MS têm com as conquistas relacionadas às políticas educacionais para as populações do campo.

Os dados para esta pesquisa foram coletados a partir da aplicação de questionários aplicados nas salas de aula durante o período do semestre 2017.2, aplicando entre os meses de novembro de 2017 a março de 2018. A intenção inicial era aplicar os questionários ao máximo

de estudantes. No entanto, optamos por desenvolver a coleta de dados a partir de uma amostragem composta por 100 questionários aplicados em sala de aula de forma aleatória, com os/as discentes que fazem parte do universo de 250<sup>8</sup> alunos/as com matrículas ativas, no respectivo semestre.... Além disso, foi tomada como referência os dados disponibilizados a partir de informações obtidas pela coordenação atual do curso (gestão 2018-2020).

Em um segundo momento, realizamos uma discussão a partir da versão do PPC que está em vigência, e que entrou em vigor em junho de 2013. Esta pesquisa realizada com os discentes do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFERSA, levou em consideração a proposta presente no PPC, quando este documento define como intenção, buscar direcionar suas ações para contemplar prioritariamente a população da Mesorregião Oeste Potiguar. Os dados mostram que, atualmente, o curso tem conseguido atender em sua maioria alunos/as oriundos/as de localidades que compõem a Mesorregião Oeste Potiguar (**Mapa 2**).

**Mapa 2 – Municípios da Mesorregião Oeste Potiguar de Origem dos/as Estudantes da LEDOC/UFERSA**



**Fonte:** IBGE, 2010. **Elaboração Cartográfica:** Katson Fernandes; J. E. dos SANTOS, 2018.

<sup>8</sup> Números de alunos obtido através de informação da coordenação do curso com base no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA)

Os dados (**Quadro 2 e Mapa 3**) apresentam as cidades de origem dos sujeitos pesquisados. Demonstra ainda, a participação de discentes que, atualmente, residem na zona urbana e rural, uma característica que também contribui, com os objetivos do curso em atender as populações rurais. Segundo o Quadro 2, 3,57% dos alunos moram na zona rural, e 40% na zona urbana. Ainda não é uma maioria expressiva quando consideramos que o curso é pensado para o campo, mas este dado pode ser influenciado pela migração destes discentes para zona urbana, para facilitar a condução entre suas comunidades e a sede do curso que é em Mossoró.

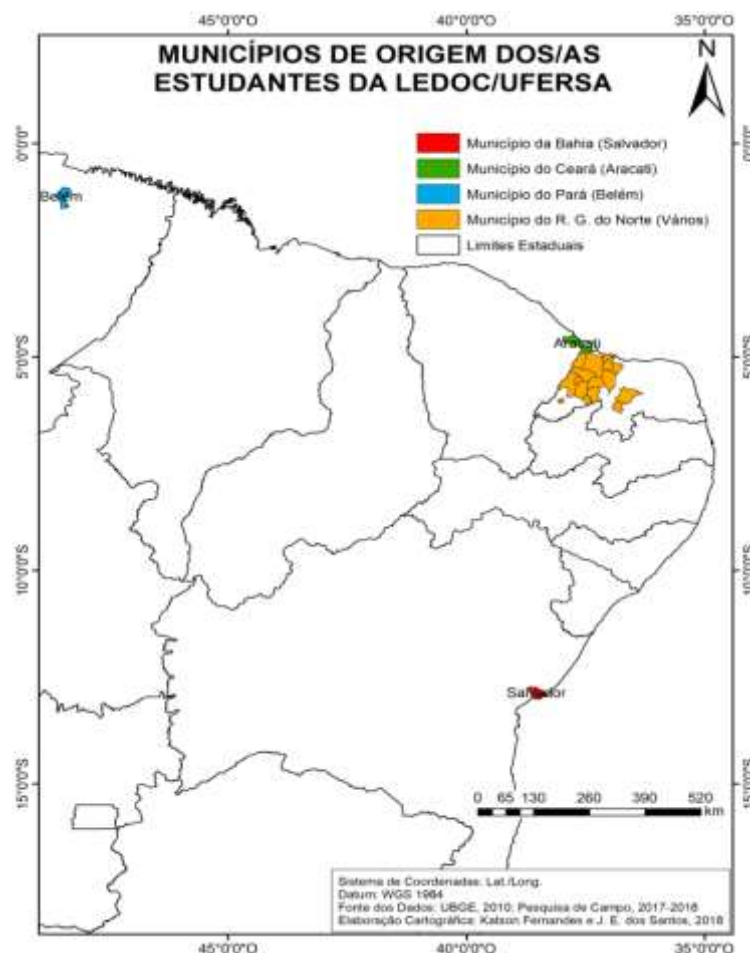
**Quadro 2: Municípios de Origem dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA**

| <b>MUNICÍPIO</b>                | <b>QUANTIDADE</b> | <b>Zona Urbana</b> | <b>Zona Rural</b> |
|---------------------------------|-------------------|--------------------|-------------------|
| Mossoró/RN                      | 26                | 11                 | 15                |
| Apodi/RN                        | 12                | 03                 | 09                |
| Upanema/RN                      | 11                | 04                 | 07                |
| Caraúbas/RN                     | 08                | 03                 | 05                |
| Areia Branca/RN                 | 08                | 03                 | 05                |
| Serra do Mel/RN                 | 07                | 01                 | 06                |
| Janduis/RN                      | 05                | 03                 | 02                |
| Campo Grande/RN                 | 03                | 02                 | 01                |
| Felipe Guerra/RN                | 03                | 01                 | 02                |
| Aracati/CE                      | 02                | 02                 | 00                |
| Assu/RN                         | 02                | 01                 | 01                |
| Portalegre/RN                   | 02                | 01                 | 01                |
| Baraúna/RN                      | 01                | 01                 | 00                |
| Belém/PA                        | 01                | 00                 | 01                |
| Carnaubais/RN                   | 01                | 01                 | 00                |
| Florânia/RN                     | 01                | 01                 | 00                |
| Governador Dix-Sep<br>Rosado/RN | 01                | 01                 | 00                |
| Salvador/BA                     | 01                | 01                 | 00                |
| Santana do Mato/RN              | 01                | 00                 | 01                |
| Senador Georgino<br>Avelino/RN  | 01                | 00                 | 01                |
| Não respondeu                   | 03                |                    |                   |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>100</b>        | <b>40</b>          | <b>57</b>         |

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017- 2018.

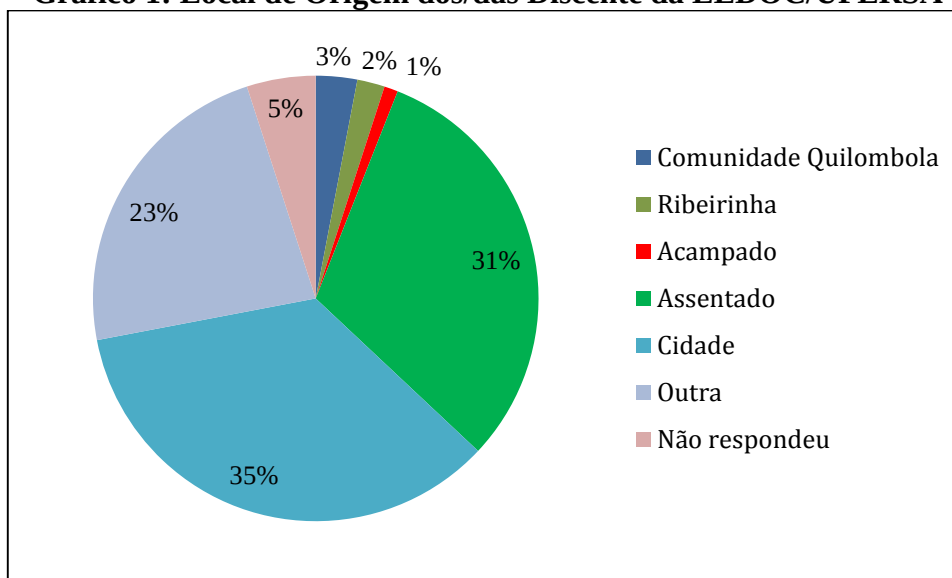


**Mapa 3 – Municípios de Origem dos/as Estudantes da LEDOC/UFERSA**



**Fonte:** IBGE, 2010. **Elaboração Cartográfica:** Katson Fernandes; J. E. dos SANTOS, 2018.

Ainda em relação às análises de informações do perfil sócio demográfico dos discentes, observamos outras características relevantes. Entre estas, destacamos que ao realizar um levantamento sobre a localidade de origem destes discentes (**Gráfico 01**), notamos uma expressividade de alunos residentes em Assentamentos. Este tipo de moradia, de forma predominantemente é resultante de processos de lutas pela terra. Constatamos também um número relevante de alunos que responderam que sua origem eram “outras”. Nesta pergunta apareceram as seguintes respostas: comunidade rural (6 alunos/as), Comunidade (4 alunos/as), sítio (5 alunos/as), zona rural (4 alunos/as), vila (2 alunos/as), interior (1 alunos/as) e agrovila (1 alunos/as).

**Gráfico 1: Local de Origem dos/das Discente da LEDOC/UFERSA**

Fonte: Pesquisa de Campo, 2017-2018.

O Rio Grande do Norte, também passou por processos de tentativa de realizar a Reforma Agrária, utilizando-se da construção de assentamentos para as populações sem terra. Hoje, o estado totaliza, segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), até dezembro de 2017, 298 assentamentos, com aproximadamente 19.884 famílias assentadas.

Com relação aos assentamentos, Leite (2012, p. 100), afirma que,

Com os assentamentos, ganham projeção também os seus sujeitos diretos, isto é, os assentados rurais, bem como os movimentos e as organizações que, em boa parte dos casos, garantiram o apoio necessário para que o esforço despendido ao longo de lutas as mais diversas resultasse na constituição de projetos de Reforma Agrária, também conhecidos como assentamentos rurais.

Ao recortarmos os municípios de origem dos/as discentes da LEDOC/UFERSA, pertencentes à Mesorregião Oeste Potiguar (**Quadro 3**), verificamos um total 101 assentamentos e 7.122 famílias assentadas, somente nos municípios que apareceram na aplicação dos 100 questionários.

**Quadro 03: Assentamentos e Número de Famílias Assentadas nos Municípios de Origem dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA**

| MUNICÍPIO  | Quantidade de Assentamentos | Quantidade de Famílias assentadas |
|------------|-----------------------------|-----------------------------------|
| Mossoró/RN | 34                          | 3240                              |

|                                 |            |              |
|---------------------------------|------------|--------------|
| Apodi/RN                        | 15         | 522          |
| Upanema/RN                      | 12         | 766          |
| Caraúbas/RN                     | 08         | 313          |
| Areia Branca/RN                 | 05         | 295          |
| Serra do Mel/RN                 | -          | -            |
| Janduís/RN                      | 00         | 00           |
| Campo Grande/RN                 | 00         | 00           |
| Felipe Guerra/RN                | 00         | 00           |
| Assu/RN                         | 04         | 248          |
| Portalegre/RN                   | 00         | 00           |
| Baraúna/RN                      | 10         | 496          |
| Carnaubais/RN                   | 12         | 587          |
| Governador Dix-Sep<br>Rosado/RN | 01         | 655          |
| <b>TOTAL</b>                    | <b>101</b> | <b>7.122</b> |

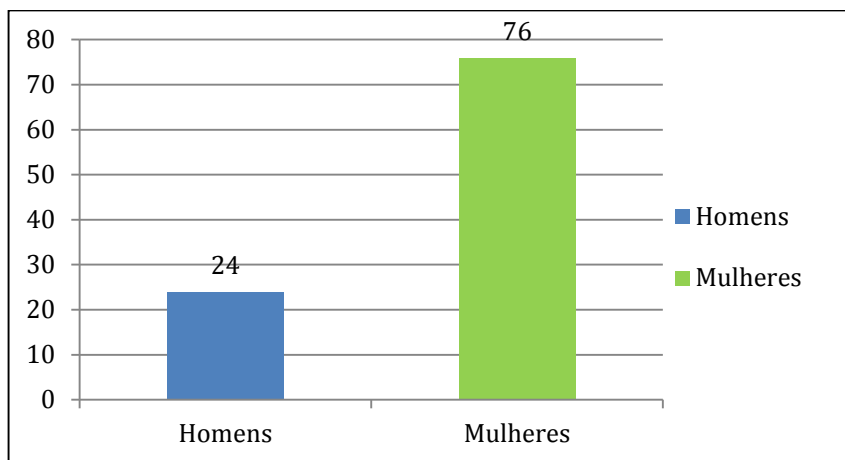
**Fonte:** INCRA, 2017.

No Brasil, o processo de Reforma Agrária, só acontece após muita luta dos MS para que efetivem o que já está prevista na Constituição Federal da República, como um direito do cidadão frente à concentração latifundiária. Os dados levantados pela pesquisa apresentam que somente 1% dos discentes da LEDOC/UFERSA, tem sua localidade de origem no acampamento. E são nestas organizações do Sem-terra, que surge a necessidade de se pensar a Educação do Campo, como afirma Caldart (2011, p. 83):

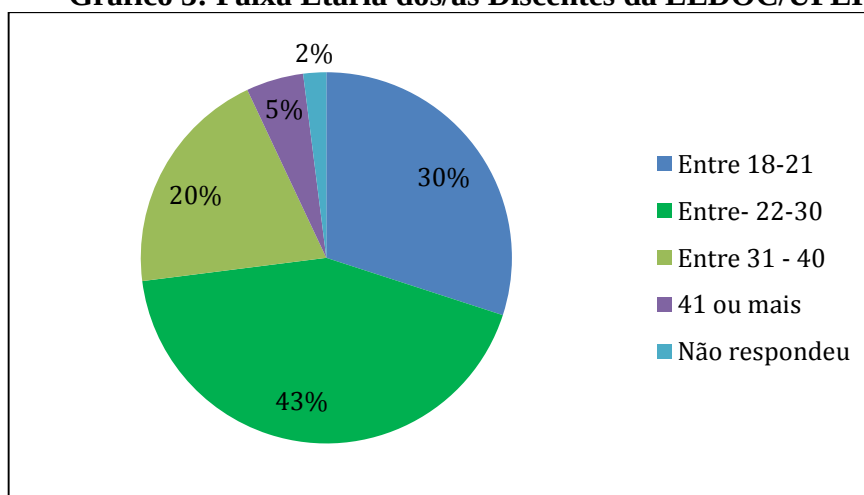
Foram descobrindo, aos poucos, que as escolas tradicionais não têm lugar para sujeitos como os sem-terra, assim como não costumam ter lugar para outros sujeitos do campo, porque sua estrutura formal não permite o seu ingresso, ou porque sua pedagogia desrespeita ou desconhece sua realidade, seus saberes, sua forma de aprender e de ensinar.

Tal afirmação é consoante na ideia que, é no acampamento onde as lutas são mais intensas. Os dados para quantificar os acampamentos são de difícil acesso, porém na Mesorregião existem acampamentos sem terra. Apenas para exemplificar, tem o Acampamento Edivan Pinto em Apodi, e o Cirilo de Oliveira, às margens da BR-304, que liga Mossoró a Tibau, mas que não têm pessoas estudando na LEDOC/UFERSA.

Atentamos agora para um dado desvelado pela pesquisa de campo, em relação ao quantitativo de homens e mulheres (**Gráfico 2**) no corpo discente da LEDOC/UFERSA, e a faixa etária deste público (**Gráfico 3**).

**Gráfico 2: Homens e Mulheres entre os/as Discentes da LEDOC/UFERSA**

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017-2018.

**Gráfico 3: Faixa Etária dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA**

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017-2018.

Notamos uma maioria de mulheres entre os/as discentes, totalizando 76% mulheres, e 24% homens. Este dado pode revelar o empoderamento das mulheres, que estão tendo acesso à educação de nível superior. Estas conquistas, são em grande parte resultado das ações dos MS, principalmente o Movimento Feminista. Segundo Silva (2016, p. 91), “O feminismo vinha mostrando, com força cada vez maior, que as linhas do poder da sociedade estão estruturadas não apenas pelo capitalismo, mas também pelo patriarcado”. Assim, o número de mulheres da LEDOC/UFERSA, mesmo sendo um curso de licenciatura, cuja a presença feminina é maior, a fusão entre ser mulher e participar de um movimento social, que é o caso de mulheres da LEDOC, tem contribuído com um enfrentamento às realidades do cotidiano feminino em uma sociedade machista.

## 4.2 – Relações entre os Discentes e os Movimentos Sociais Presentes na Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo da UFERSA

Uma primeira característica relevante observada na LEDOC/UFERSA, em relação aos percursos traçados por estas licenciaturas em todo o território brasileiro, é o fato do PPC não ser construído em parceria com os MS, principalmente os movimentos mais atuantes nesta área, como o MST, que também tem presença organizada no Estado do Rio Grande do Norte. Tal característica é percebida ao observar a equipe de Elaboração do PPC, que foi uma equipe<sup>9</sup> de seis professores, e que nenhum dos/as seis estiveram na ocasião representando os Movimentos Sociais do campo. Esta é uma primeira contradição, quando consideramos o que fora colocado por Molina (2015, p. 156):

Por mais que os docentes que atuam nas Licenciaturas em Educação do Campo se comprometam com a promoção de uma educação crítica e emancipatória, é a vinculação concreta com as lutas sociais e coletivas, que, de fato, promoverão uma formação diferenciada aos educadores que dela participam.

Partindo deste entendimento, reconhecemos que a construção do PPC do curso deve seguir uma concepção em que inclua todos os sujeitos do processo, aplicando o mesmo entendimento que deve ser executado para a construção dos Projetos Político Pedagógico das escolas da Educação Básica. Segundo Veiga (1998, p. 1; Grifo nosso), “O projeto busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido **coletivamente**.” Partindo desta ideia, notamos que o PPC fora construído de forma coletiva, o que consideramos ser contraditório, é apenas o fato dos sujeitos com quem é para se construir esta política pública, nesta ocasião estarem ausentes.

Consideramos que o PPC é a “identidade” de determinado curso. É onde estão disponibilizadas as informações e diretrizes que irão conduzir o curso. Não apenas para a LEDOC/UFERSA, é a normativa que irá conduzir a efetivação de uma política educacional para o campo. Com isso, deveria ter a participação da organização política dos sujeitos do campo<sup>10</sup> em sua construção, para afirmar-se como Educação do Campo. Segundo Caldart

---

<sup>9</sup> A equipe de elaboração do PPC foi constituída pelos seguintes docentes: Prof. Dr. Antônio Jorge Soares; Prof<sup>ª</sup>. Dra. Cynara Ribeiro; Prof<sup>ª</sup>. Msc. Jacimara Villar Forbeloni; Prof. Dr. Joaquim Pinheiro de Araújo; Prof<sup>ª</sup>. Dra<sup>a</sup>. Marcela Amaral; Prof. Dr. Thiago Ferreira Dias.

<sup>10</sup> De acordo com o Decreto nº 7.352/2010, são populações do campo: “os agricultores familiares, os extrativistas, os pescadores artesanais, os ribeirinhos, os assentados e acampados da reforma agrária, os trabalhadores assalariados rurais, os quilombolas, os caiçaras, os povos da floresta, os caboclos e outros que produzam suas

(2011, p. 153; Grifos da autora) “trata-se de uma educação *dos* e não *para* os sujeitos do campo. Feita sim, através de políticas públicas, mas construídas com os próprios sujeitos dos direitos que as exigem”. Tal entendimento, reforça a ideia que as ações que objetivam construir políticas educacionais para Educação do Campo, devem ter a presença daqueles sujeitos que as reivindicam, e que parte destes sujeitos estão organizados nos MS do campo.

A participação dos MS na elaboração das políticas públicas para o campo, é uma característica intrínseca dos projetos educacionais direcionados para as populações do campo. Tal posicionamento já encontra-se definido nas normativas da educação. De acordo com o disposto na Resolução do Conselho Nacional de Educação (CNE) e da Câmara de Educação Básica (CEB), nº. 1, de 3 de abril de 2002, que institui as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo, em seu artigo 9º sugere que: “As demandas provenientes dos movimentos sociais poderão subsidiar os componentes estruturantes das políticas educacionais, respeitado o direito à educação escolar, nos termos da legislação vigente.”

Outro aspecto, verificado em nossa pesquisa, foi em relação ao atendimento das populações que vivem no semiárido potiguar, onde está localizada a UFERSA, mais precisamente o atendimento predominantemente a uma demanda da Mesorregião Oeste Potiguar, avaliando ainda, a relação da proposta do curso com os aspectos relacionados às características naturais referentes ao semiárido. Desta forma, o PPC da LEDOC/UFERSA trás a seguinte justificativa ao se construir esta licenciatura em Educação do Campo:

Neste sentido, a proposta da UFERSA de criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo mostra-se como uma oportunidade ímpar de intervir nesta realidade, a partir da formação de professores/as para atuação em escolas do campo da região semiárida e da promoção de práticas pedagógicas contextualizadas com a cultura local, sem perder de vista os limites e potencialidades do semiárido brasileiro (UFERSA, 2013, p. 15).

Segundo este documento da LEDOC/UFERSA, o curso foi pensado para atender as populações do campo, prioritariamente aquelas dos municípios que fazem parte da Mesorregião Oeste Potiguar (**Quadro 4**), dado o expressivo quantitativo de docentes sem graduação que lecionam em escolas dos anos finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio.

---

condições materiais de existência a partir do trabalho no meio rural”. No entanto, a identidade do sujeito na contemporaneidade é complexa e pode oferecer uma ampliação para definição de sujeito do campo.

**Quadro 4: Microrregiões e Municípios da Mesorregião Oeste Potiguar e Respectivos Totais de Docentes sem Graduação Por Níveis de Ensino Considerados, 2017**

| <b>Mesorregião do Oeste Potiguar</b>    |                            |                                      |                     |
|-----------------------------------------|----------------------------|--------------------------------------|---------------------|
|                                         |                            | <b>Docentes sem Graduação</b>        |                     |
| <b>Microrregião</b>                     | <b>Município</b>           | <b>Anos Finais do E. Fundamental</b> | <b>Ensino Médio</b> |
| <b>Microrregião de Mossoró</b>          | Areia Branca               | <b>19</b>                            | <b>2</b>            |
|                                         | Mossoró                    | <b>98</b>                            | <b>35</b>           |
|                                         | <b>Baraúna</b>             | <b>34</b>                            | <b>6</b>            |
|                                         | Serra do Mel               | <b>3</b>                             | <b>1</b>            |
|                                         | Grossos                    | <b>14</b>                            | <b>1</b>            |
|                                         | Tibau                      | <b>2</b>                             | <b>-</b>            |
| <b>Microrregião da Chapada do Apodi</b> | Apodi                      | <b>36</b>                            | <b>7</b>            |
|                                         | Governador Dix-Setp Rosado | <b>4</b>                             | <b>-</b>            |
|                                         | Caraúbas                   | <b>36</b>                            | <b>9</b>            |
|                                         | Felipe Guerra              | <b>4</b>                             | <b>1</b>            |
| <b>Microrregião Médio Oeste</b>         | Campo Grande               | <b>4</b>                             | <b>-</b>            |
|                                         | Paraú                      | <b>1</b>                             | <b>-</b>            |
|                                         | Janduís                    | <b>2</b>                             | <b>1</b>            |
|                                         | Triunfo Potiguar           | <b>10</b>                            | <b>2</b>            |
|                                         | Messias Targino            | <b>4</b>                             | <b>1</b>            |
|                                         | Upanema                    | <b>5</b>                             | <b>1</b>            |
| <b>Microrregião Vale do Açu</b>         | Açu                        | <b>31</b>                            | <b>8</b>            |
|                                         | Ipanguaçu                  | <b>11</b>                            | <b>4</b>            |
|                                         | Pendência                  | <b>27</b>                            | <b>3</b>            |
|                                         | Alto do Rodrigues          | <b>9</b>                             | <b>2</b>            |
|                                         | Itajá                      | <b>3</b>                             | <b>1</b>            |
|                                         | Porto do Mangue            | <b>6</b>                             | <b>1</b>            |
|                                         | Carnaubais                 | <b>5</b>                             | <b>-</b>            |
|                                         | Jucurutu                   | <b>14</b>                            | <b>2</b>            |
|                                         | São Rafael                 | <b>6</b>                             | <b>1</b>            |
|                                         | Água Nova                  | <b>1</b>                             | <b>1</b>            |

|                                                 |                           |           |          |
|-------------------------------------------------|---------------------------|-----------|----------|
| <b>Microrregião<br/>Serra de São<br/>Miguel</b> | Encanto                   | <b>2</b>  | -        |
|                                                 | Riacho de<br>Santana      | <b>3</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Coronel João<br>Pessoa    | <b>4</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Luís Gomes                | <b>7</b>  | -        |
|                                                 | São Miguel                | <b>6</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Doutor Severiano          | -         | <b>2</b> |
|                                                 | Major Sales               | <b>6</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Venha - Ver               | <b>6</b>  | <b>2</b> |
| <b>Microrregião de<br/>Pau dos Ferros</b>       | Alexandria                | <b>12</b> | <b>1</b> |
|                                                 | Jose da Penha             | <b>2</b>  | -        |
|                                                 | Pau dos Ferros            | <b>9</b>  | <b>8</b> |
|                                                 | Rafael Fernandes          | <b>1</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | São Francisco do<br>Oeste | <b>2</b>  | -        |
|                                                 | Tenente Ananias           | <b>5</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Francisco Dantas          | <b>3</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Marcelino Vieira          | <b>8</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Pilões                    | -         | -        |
|                                                 | Riacho da Cruz            | -         | <b>1</b> |
|                                                 | Severiano Melo            | <b>6</b>  | -        |
|                                                 | Viçosa                    | -         | -        |
|                                                 | Itaú                      | <b>4</b>  | -        |
|                                                 | Paraná                    | <b>8</b>  | -        |
|                                                 | Portalegre                | -         | -        |
|                                                 | Rodolfo<br>Fernandes      | <b>2</b>  | -        |
|                                                 | Taboleiro Grande          | <b>1</b>  | <b>1</b> |
|                                                 | Almino Afonso             | -         | <b>1</b> |
|                                                 | João Dias                 | <b>3</b>  | -        |
|                                                 | Olho d'água do<br>Borges  | <b>2</b>  | -        |



|                                 |                     |            |            |
|---------------------------------|---------------------|------------|------------|
| <b>Microrregião de Umarizal</b> | Serrinha dos Pintos | <b>1</b>   | <b>-</b>   |
|                                 | Antônio Martins     | <b>16</b>  | <b>1</b>   |
|                                 | Lucrécia            | <b>2</b>   | <b>-</b>   |
|                                 | Patu                | <b>12</b>  | <b>1</b>   |
|                                 | Umarizal            | <b>8</b>   | <b>4</b>   |
|                                 | Frutuoso Gomes      | <b>5</b>   | <b>1</b>   |
|                                 | Martins             | <b>4</b>   | <b>2</b>   |
|                                 | Rafael Godeiro      | <b>3</b>   | <b>1</b>   |
| <b>Total</b>                    |                     | <b>542</b> | <b>114</b> |

Fonte: INEP/MEC, 2017.

No **Quadro 2**, observamos um dado relevante que são os números de docentes que ainda não possuem curso de nível superior, apesar de estar previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em seu artigo 62, que:

A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura plena, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos cinco primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio, na modalidade normal (BRASIL, 2017, p. 42).

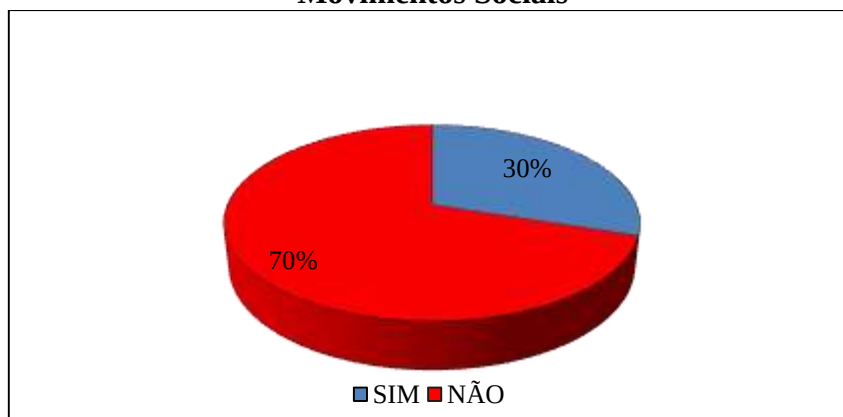
O total de docentes que estão nas escolas dos municípios pertencentes à Mesorregião Oeste Potiguar, nos anos finais do Ensino Fundamental, totalizam 542 docentes sem graduação, e no Ensino Médio, 114 professores/as atuando em sala de aula sem a condição formativa exigida. Destacamos estes dois níveis da educação básica, considerando que será a área de atuação dos egressos do curso LEDOC/UFERSA que, ao concluírem, estarão habilitados para lecionar.

O Brasil é um país que tem no cerne de sua história a presença de organizações populares que lutaram contra estruturas de poder, que cerceavam liberdades principalmente daqueles excluídos do acesso aos meios de produção. Para Gohn (2013), estas organizações estão presente desde o período do Brasil Colônia e Império, com lutas concretizadas por escravos, índios, camponeses. Mesmo com tanto tempo se passado, as organizações populares de resistência ainda persistem e alteram o cotidiano. Segundo Gohn (2012, p. 58; Grifos da autora) “O ponto fundamental de alteração que a prática cotidiana dos movimentos populares opera é na natureza das *relações sociais*”. É nesta perspectiva que discutimos até aqui as articulações

dos MS na sociedade. Veremos também suas implicações como sujeitos coletivos que estão presentes ou ausentes de uma política educacional que fora construída de forma participativa visando atender as demandas apresentadas por estas populações.

Diante desta conjuntura, iniciamos este tópico apresentando um dado fundamental que define a presença dos MS na Educação do Campo da UFERSA. Na pesquisa de campo, os/as discentes foram questionados se participam atualmente ou já teriam participado de algum Movimento Social, e que caso tenha este/a discente respondido positivamente, foi solicitado que apresentasse qual foi o movimento que ele ou ela participou. Diante disso, chegamos aos dados (**Gráfico 4**), que demonstra que somente 30% do total pesquisado, declarou ter participado de algum MS, salientando ainda que entre estes 30%, alguns declararam participar de organizações que pelas discussões predominantes não são considerados MS, (**Quadro 5**), a exemplo de algumas respostas declaradas pelos/as discentes, como as associações de assentamentos, grupos de jovens de igrejas e cooperativas.

**Gráfico 4: Discentes da LEDOC/UFERSA que Participaram ou Participam de Movimentos Sociais**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2017-2018.

**Quadro 5: Movimentos Sociais Presentes na LEDOC/UFERSA<sup>11</sup>**

| MOVIMENTO SOCIAL                                                   | PARTICIPANTES |
|--------------------------------------------------------------------|---------------|
| Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra - MST | 06            |
| Movimento de Mulheres                                              | 09            |
| Movimento Sindical e Associações                                   | 09            |
| Movimento Estudantil                                               | 03            |
| Movimento Negro                                                    | 01            |
| Organização Popular                                                | 01            |
| Movimento dos Pescadores                                           | 01            |

<sup>11</sup> Este quadro foi construído de acordo com as respostas dos sujeitos investigados. O número ultrapassa os 30% que responderam participar de algum Movimento Social em virtude de ter resposta onde a mesma pessoa participou ou participa de mais de um MS.

|                 |    |
|-----------------|----|
| Cooperativismo  | 01 |
| Grupo de Jovens | 01 |

**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017-2018.

A partir dos dados apresentados no **Quadro 5**, constatamos uma informação que nos conduz a concluir que no quantitativo do corpo discente, a presença dos MS ainda é pouco expressiva, valendo salientar, que as políticas para a Educação do Campo, mais especificamente para a formação de professores/as do campo, tem seu berço ligado às lutas dos MS, como afirma Medeiros (2016, p. 96):

A busca por uma formação de professores do campo é uma luta histórica dos movimentos sociais do campo. Desde suas origens muitos movimentos sociais têm se preocupado com a formação do professor para os espaços rurais. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, quando iniciou sua trajetória de luta pelo direito a terra não deixou de lado a atenção com a escolarização dos espaços conquistados. A educação foi considerada um dos princípios norteadores do movimento.

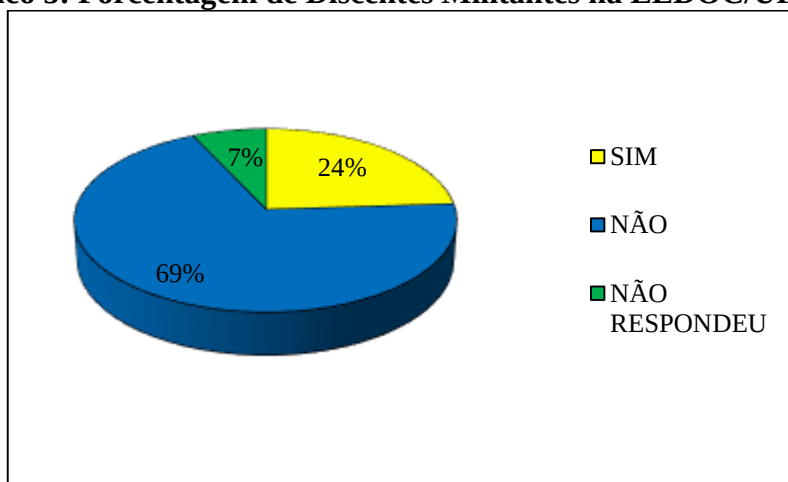
Estes números remetem a uma contradição na política educacional para o campo, ou seja, na medida em que foram os MS do campo, com destaque para o MST, que construíram a política para Educação do Campo, entre os discentes do curso, deveria ter mais representatividade deste movimento. Em um universo de 100 discentes, ter somente 6 que participaram ou participam do MST, é um número muito baixo e contribui para uma contradição na relação da efetivação da política pública e a permanência do MS enquanto sujeito que parte da construção. É importante ainda ressaltar, que os MS, tem contribuído de forma significativa para as transformações que ocorreram no campo, que resultam no fortalecimento de ações de desenvolvimento para o campo, e não somente na área da educação, mas como na produção de alimentos, saúde, cultura e lazer, que fazem dos movimentos MS, um propulsor dos espaços rurais. Desta maneira,

Os movimentos sociais buscam superar os problemas das populações camponesas e fortalecer a agricultura familiar e para tanto lutam por reforma agrária, reivindicam políticas de crédito estáveis, assistência técnica, infraestrutura, escoamento, seguro, garantia de mercado e preço e políticas sociais de saúde, educação, cultura, lazer, energia que garantam os direitos sociais e superem as más condições de vida e que garantam melhoria da qualidade de vida no campo (BATISTA, 2011, p. 51).

Tendo em vista estas contribuições dos MS para o campo, buscamos investigar, o quantitativo de discentes que consideram-se militantes de algum Movimento Social. Este

conceito de militância vem sendo desenvolvido em estudos da sociologia na França, mais especificamente estudada por Frédéric Sawicki e Johanna Siméant. Segundo eles, a militância é “entendida como toda forma de participação *duradoura* em uma ação coletiva que vise a defesa ou a promoção de uma causa [...]” (SAWICKI, SIMEÁNT, 2011, p. 201). Compreendemos que o militante é aquele sujeito que participa ativamente das atividades de determinado movimento. Ao realizarmos a pesquisa verificamos que 69% dos discentes, atualmente não se consideram militante de nenhum MS (**Gráfico 5**).

**Gráfico 5: Porcentagem de Discentes Militantes na LEDOC/UFERSA**



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017-2018.

Considerando estes dados referentes ao número de militantes, levantamos outra questão relacionada à política de Educação do Campo, que remete a relação Movimentos Sociais e Educação, que é a contribuição que estes sujeitos engajados no interior dos MS, trazem para as práticas do cotidiano dos cursos de Educação do Campo. De acordo com Arroyo (2012, p.363),

Na medida em que os(as) militantes-educadores(as) dos movimentos que chegam a esses cursos carregam radicalidades políticas, culturais e educativas, acumuladas nas lutas dos movimentos, eles passam a exigir dos cursos de formação o reconhecimento desses saberes, valores, concepções de mundo, de educação, como ponto de partida de sua formação.

Tomando como ponto de partida esta concepção, analisamos a noção de militância construída pelos discentes do curso. Foi solicitado para definir o termo “militância” em três palavras, e solicitado que as classificassem em ordem de importância segundo o entendimento próprio do/a discente. A palavra que mais se destacou, inclusive na primeira ordem de importância, foi “luta ou lutar”, sendo seguida por “resistência”. Estas duas palavras, são muito

presentes no interior dos MS, remetem a duas ações essenciais para se construir uma ação de seus sujeitos coletivos.

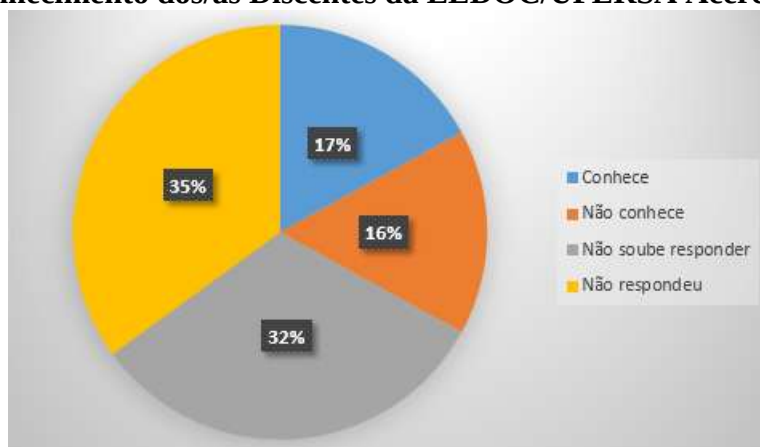
Outra reflexão resultante da pesquisa de campo foram os dados apresentados ao questionarmos, se os MS os quais os/as discentes alegavam participar ou já terem participado, teria alguma relação com as conquistas para a efetivação das políticas públicas de Educação do Campo. Dos 30% de discentes que participam de MS, todos alegaram que os movimentos os quais fazem ou fizeram parte contribuíram para as políticas públicas atuais de Educação do Campo.

Porém, defendemos que nem todos os MS que apareceram na pesquisa de campo têm ligação com as conquistas da Educação do Campo. De acordo com Giddens (2012, p. 714), “Os movimentos sociais surgem com o objetivo de trazer mudanças em uma questão pública, como a expansão dos direitos civis para um segmento da população”. Considerando ainda o defendido por Duriguetto e Montañó (2011), que defendem que o MS é algo que possui uma certa formalidade e estabilidade, alguns dos movimentos que aparecem nas respostas dos alunos, não são considerados Movimentos Sociais, a exemplo dos Grupo de Jovens. Tais concepções nos coloca a defender que cada segmento da sociedade organizado em MS, têm suas bandeiras de luta, o que corresponde a formalidade, que geralmente se reproduz nos Estatutos ou Carta de princípios dos movimentos.

Desta forma, cada movimento luta pelas suas causas, com isso consideramos, que alguns Movimentos Sociais, não têm em suas pautas principais, desafios e metas para política de Educação do Campo. Já o MST, que tem esta causa, como uma das principais. Portanto, nem todos os movimentos que constituem a LEDOC/UFERSA têm relação direta com a construção desta modalidade de educação.

Identificamos com uma reflexão impressa na pesquisa a respeito do PPC, que é a principal normativa deste curso, que ao perguntarmos se o/a discente conhece o PPC do curso, obtivemos o seguinte resultado: 32% afirmaram conhecer, 61% desconhecem e 7% não responderam, com isto podemos concluir que ainda tem um número relevante de alunos que desconhecem a principal norma do curso, o que dificulta construir novos desafios e melhorias para esta política pública. Ainda em relação ao PPC, foi questionado também, se na opinião dos/as discentes, o projeto atual atende às demandas dos Movimentos Sociais do Campo (**Gráfico 6**). Dos discentes que responderam que conhecem o projeto, existe um equilíbrio entre os que acham que atende e os que acham que não atende.

**Gráfico 6: Conhecimento dos/as Discentes da LEDOC/UFERSA Acerca do PPC**



**Fonte:** Pesquisa de Campo, 2017-2018

Definimos como última questão a ser investigada uma pergunta aberta, na qual os/as discentes declaravam qual ou quais seus objetivos em cursar a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo. As respostas em grande maioria, foi evidenciado objetivo de concluir o ensino superior, para ter um bom emprego e também adquirir conhecimento para retornar à comunidade de origem e construir uma “nova educação” para as populações do campo.

Portanto, ao finalizar as análises proporcionadas pela pesquisa de campo, chegamos à conclusão que ainda restam muitos desafios, para a LEDOC/UFERSA, ter maiores contribuições dos MS do campo em sua estrutura. Acreditamos que em grande parte é através dos/as discentes que tal realidade pode estar alcançando as mudanças, ao ter no curso mais discentes envolvidos nos MS, existe uma tendência a ter um curso mais voltado para as questões de transformações no campo, principalmente as reativas a processos de luta e resistência, as ameaças que atingem os espaços rurais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo brasileiro oferece uma diversidade de temas a serem pesquisados no meio acadêmico, com o intuito de compreender melhor a dinâmica de funcionamento das relações sociais que ocorrem no campo. Com isso, esta pesquisa, que tomou como desafio investigar as políticas públicas que foram criadas para a Educação do Campo, e suas relações com os Movimentos Sociais que têm em suas “bandeiras de luta”, reivindicações para ampliação desta modalidade na educação escolar brasileira, contribui para um debate ainda recente no interior das licenciaturas.

Desta forma, procuramos compreender se após as lutas protagonizadas pelos MS terem sido constituídas como política pública, os sujeitos coletivos que as reivindicaram, estão no interior destas políticas, participando e contribuindo em sua execução.

Chegamos a algumas conclusões acerca do tema pesquisado, a primeira delas é que a política pública que deu resultado a esta licenciatura da UFERSA, desenvolveu-se de uma forma peculiar, e contraditória ao compararmos ao que pauta a construção da Educação do Campo, pois não aconteceu com a participação dos Movimentos Sociais Camponeses, que foram os sujeitos coletivos que lutaram para que a formação de professores do campo, fosse realidade, e após se concretizar a pesquisa apresentou que a presença destes sujeitos é ainda pouco expressiva.

A conclusão mais relevante, é que a LEDOC/UFERSA desde sua origem, tem se construído a partir de uma ausência de contribuições dos Movimentos Sociais do campo que atuam no Estado do Rio Grande do Norte, principalmente na região Oeste Potiguar. O PPC que fora objeto de nossa investigação, e que define a “identidade do curso”, não teve a participação dos sujeitos do campo, que em parte, estão representados em MS, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), que em sua organicidade desde o ano de 1987, já constituiu um Setor de Educação, para contribuir na construção destas políticas públicas. Desta forma, concluímos com a realização desta pesquisa, que o PPC fora construído somente por docentes da universidade, visando atender a um edital lançado pelo Governo Federal.

Ao analisar outro objetivo ao qual nos propomos com esta pesquisa, que foi investigar a presença dos MS no corpo discente do curso, após a institucionalização e execução de uma política pública para Educação do Campo, que foi o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), alcançamos alguns resultados referentes a este assunto. A partir deste objetivo, chegamos à conclusão, a partir dos dados

coletados, que o quantitativo de discentes que fazem parte de Movimentos Sociais, que mantêm em suas lutas as reivindicações que mantêm relações com os princípios do movimento “Por uma Educação do Campo”, são ainda pouco expressivos na LEDOC/UFERSA.

Outra conclusão a que chegamos, a partir dos dados coletados, é que de forma positiva existe um significativo número de sujeitos discentes que residem em espaços rurais, detectando que a maioria dos/as discentes residem em projetos de assentamentos, o que concluímos ser um ponto positivo na LEDOC/UFERSA, por ter o assentamento como a principal representatividade da execução de eventuais ações visando a Reforma Agrária. Porém, nesta mesma categoria de pesquisa, de acordo com os dados coletados verificamos apenas um aluno oriundo de acampamento, no corpo discente da LEDOC, tendo em vista que a moradia em acampamento significa a principal forma de se conseguir um projeto de assentamento de Reforma Agrária no Brasil, representando também um símbolo dos Movimentos Sociais que lutam pelo acesso à terra, e outros direitos ligados a este acesso, como o da educação para as populações do campo, acaba confirmando a pouca participação dos MS no corpo discente da LEDOC.

Portanto, ao chegar às finalizações desta pesquisa, analisamos de maneira geral que a LEDOC/UFERSA apesar das constatações referentes as relações com os sujeitos coletivos organizados em Movimentos Sociais, tem tido um excelente desempenho de seus discentes na carreira acadêmica, com aprovações em concursos públicos, pós-graduação, participações em eventos científicos, publicações de pesquisas nestes eventos e até em revistas acadêmicas, participação em grupos de pesquisa e extensão, entre outros. Desta forma, podemos concluir que a UFERSA, tem contribuído para construção da Educação do Campo no Estado do Rio Grande do Norte.



## 6 REFERÊNCIAS

ARROYO, M. G. **Formação de Educadores do Campo**. In: In: CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio.(Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.361- 367.

BARBOSA, R. **Oração aos moços**. 5. ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1999. Disponível em: [http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui\\_barbosa/FCRB\\_RuiBarbosa\\_Oraca\\_o\\_aos\\_mocos.pdf](http://www.casaruibarbosa.gov.br/dados/DOC/artigos/rui_barbosa/FCRB_RuiBarbosa_Oraca_o_aos_mocos.pdf). Acesso em: 10/03/2018.

BATISTA, M. S. X. (Org) **Movimentos Sociais, Estado e Políticas Públicas de Educação do Campo**. João Pessoa-PB, Editora Universitária da Paraíba, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010. **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 nov.2010. - Seção 1, p.1.

\_\_\_\_\_. Edital de Seleção nº 02/2012 - SESU/SETEC/SECADI/MEC de 31 de agosto de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/194-secretarias-112877938/secad-educacao-continuada-223369541/18784-oferta-de-cursos-de-licenciatura-em-educacao-do-campo-procampo>. Acesso em 11/01/2018.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.394 de 20 de Dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm) Acesso em: 09/01/2018.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Estatuto da UFERSA**. Portaria no. 312, de 03 de julho de 2006. Brasília, DF, publicado no Diário Oficial da União, em 04 de julho de 2006, seção 1, pág. 44.

\_\_\_\_\_. **O Enfrentamento da Exclusão Escolar no Brasil**. Unicef-Brasília/DF, 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto Base Projovem Campo – Saberes da Terra**: Programa nacional de educação de jovens integrada com qualificação social e profissional para agricultores (as) familiares. Brasília, DF, 2008.

\_\_\_\_\_. **PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO do Curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFERSA**. Disponível em: [http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/26/PPC\\_LEDOC\\_FINAL\\_2013\\_1.pdf](http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/26/PPC_LEDOC_FINAL_2013_1.pdf). Acesso 11/03/2018

\_\_\_\_\_. Portaria nº- 72, de 21 de dezembro de 2012. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 27 dez. 2012. nº 249, Seção 1, pág. 13.

\_\_\_\_\_. Portaria nº 86, de 1º de Fevereiro de 2013. **Institui o Programa Nacional de Educação do Campo - PRONACAMPO, e define suas diretrizes gerais.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 04 fev. 2013. nº 24, Seção 1, pág. 28.

\_\_\_\_\_. **Resolução CNE/CEB nº 1/2002.** Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category\\_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13800-rceb001-02-pdf&category_slug=agosto-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 11/03/2018.

CALDART, R.S. **A Escola do Campo em Movimento.** In: ARROYO, M.G; CALDART, R. S; MOLINA, C. M. **Por uma educação do Campo.** Vozes, Petrópoles, RJ. 5 ed. 2011.

\_\_\_\_\_. **Por uma Educação do Campo:** traços de uma identidade em Construção. In: In: KOLLING, Edgar; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete. **Por uma educação básica do campo: Educação do Campo Identidade e Políticas Públicas.** Brasília, DF: MST/UnB, 2002. (Coleção Por Uma Educação do Campo, v. 4).

CASTRO, J. **Geografia da Fome.** 10. ed. Rio de Janeiro. Antares, 1984.

DURIGUETTO, M. L; MONTAÑO, C. **Estado, Classe e Movimento social.** 3 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FERNANDES, B. M; MOLINA, M. C. **O campo da Educação do Campo.** Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/publicacoes/ArtigoMonicaBernardoEC5.pdf>. Acesso em 02/01/2018.

FERNANDES, B.M. **Diretrizes de uma Caminhada.** In: In: ARROYO, M.G; CALDART, R. S; MOLINA, C. M. **Por uma educação do Campo.** Vozes, Petrópoles, RJ. 5 ed. 2011.

\_\_\_\_\_. **Sobre a Tipologia de Territórios.** Disponível em: [http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO\\_TIPOLOGIA\\_DE\\_TERRITORIOS.pdf](http://acciontierra.org/IMG/pdf/BERNARDO_TIPOLOGIA_DE_TERRITORIOS.pdf). Acesso em 08/03/2018.

FONEC (Fórum Nacional de Educação do Campo). **Manifesto à sociedade brasileira.** Brasília-DF, 21 de agosto de 2012. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Downloads/Forum%20nacional%20de%20educacao%20do%20campo%20-%20manifesto%20a%20sociedade%20brasileira.pdf>. Acesso em 06/03/2018.

FRIGOTTO, G. In: **II Encontro Nacional de Educadores da Reforma Agrária –II ENERA** Textos para estudo e debate – Boletim da Educação nº 12, MST – São Paulo- 2014

GADOTTI, M. **Concepção dialética da educação:** um estudo introdutório. 16ªed. São Paulo: Cortez, 2012.

GIDDENS, A. **Sociologia.** 6 ed. Porto Alegre: Penso, 2012.

GONDRA, J.G; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, M. G. **Movimentos Sociais e Educação**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

\_\_\_\_\_. **500 anos de luta social no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Mediações- Revista de Ciências Sociais, Londrina, v.5, n.1, p.11-40, 2000. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/9194/7788>. Acesso em 18/03/2018.

\_\_\_\_\_. **História dos Movimentos e Lutas Sociais: A construção da Cidadania dos Brasileiros**. 8ªEd. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. Vol. 16. no 47. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> . Acesso em 02/01/2018.

\_\_\_\_\_. **Novas Teorias dos Movimentos Sociais**. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 2010.

GOSS, K. P.; PRUDÊNCIO, K. **O conceito de movimentos sociais revisitado**. In: Em Tese, vol. 2, nº 1 (2), janeiro-julho 2004, p. 75-91. Disponível em: <file:///C:/Users/User/Desktop/TCC/13624-41985-1-PB.pdf> . Acesso em 04/03/2018.

INSTITUTO DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. **Informações gerais sobre os assentamentos da Reforma Agrária**. Disponível em: <http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>. Acesso em: 16/03/2018.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2017**. Brasília: Inep, 2018. Disponível em: <portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>. Acesso em 08/03/2018.

LEITE, Sérgio Pereira. **Assentamento Rural**. In: CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: Dicionário da Educação do Campo. CALDART, Roseli Salete, PEREIRA, Isabel Brasil, ALENTEJANO, Paulo, FRIGOTTO, Gaudêncio.(Orgs). São Paulo: Expressão Popular, 2012, p.110- 114.

MALVEZZI, R. **Semi-Árido: Uma visão Holística**. Confea. Brasília, 2007.

MEDEIROS, E. A. **O Curso de Pedagogia da UERN: historiando a formação de professores do campo no Estado do Rio Grande do Norte**. In: AGUIAR, A.L.O; MEDEIROS, E.A; FRANÇA, M.C.F. Educação, Diversidade e Histórias de Vida: experiências da formação em contextos locais. Curitiba: Editora CRV, 2016.

MOLINA, M. C. **Expansão das Licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades**. Educar em Revista, nº 55, Editora UFPR, 2015. Disponível em: <http://revistas.ufpr.br/educar/article/view/39849/24744>. Acesso em 02/01/2018.

MORISSAWA, M. **A História da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2001

PEDON, N. R. **Movimentos Socioterritoriais**: Uma Contribuição Conceitual à Pesquisa Geográfica. 2009. 240 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente. Disponível em: [http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese\\_pedon.pdf](http://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/tese_pedon.pdf) . Acesso em 04/02/2018.

SANTOS, M. O retorno do território. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território**: globalização e fragmentação. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 15-20.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. **Inventário da sociologia do engajamento militante**: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. Sociologias, v. 13, n. 28, p. 200-255, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n21/2178-4884-rbcpol-21-00187.pdf>. Acesso em 16/03/2018.

SILVA, M. S. **Da raiz à flor**: produção pedagógica dos movimentos sociais e a escola do campo. In: MOLINA, M.C. (Org.). Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006.

SILVA, R. M. A, **Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semiárido**: Transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. Banco do Nordeste. Fortaleza, CE, 2012.

STÉDILE, J. P. **A questão Agrária no Brasil**. O debate na esquerda: 1960-1980. Expressão Popular. São Paulo, SP, 2012.

VEIGA, Ilma Passos da. **Projeto político-pedagógico da escola**: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos da (org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35.

**7 APÊNDICE A**  
**QUESTIONÁRIO APLICADO AOS DISCENTES**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO  
SEMI-ÁRIDO CURSO LICENCIATURA EM  
EDUCAÇÃO DO CAMPO TRABALHO DE  
CONCLUSÃO DE CURSO I

O questionário que você está sendo convidado (a) a responder é conduzido pelo aluno Katson Fernandes, estudante do 7º período do Curso Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC). Direciona-se a discentes da LEDOC/UFERSA. Ao responder, você NÃO será identificado e estará contribuindo para a realização do meu TCC e para o avanço do conhecimento científico.

**IDENTIFICAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS/AS INVESTIGADOS/AS**

- 1 - Idade: \_\_\_\_\_
- 2 - Sexo: ☐ Masculino ☐ Feminino
- 3 - Período/semestre: \_\_\_\_\_
- 4- Localidade de origem:
- ☐ Comunidade Quilombola
  - ☐ Ribeirinha
  - ☐ Caiçara
  - ☐ Indígena
  - ☐ Acampado
  - ☐ Assentado
  - ☐ Cidade
  - ☐ Outra: \_\_\_\_\_

5 - Município de Origem: \_\_\_\_\_

6 - Local de moradia atualmente: ☐ Zona Urbana ☐ Zona Rural

7- Município: \_\_\_\_\_

8 – Se em zona rural, em qual tipo de localidade:

- ☐ Assentamento
- ☐ Acampamento
- ☐ Sítio
- ☐ Fazenda
- ☐ Outros: \_\_\_\_\_

9 -Trabalha?:

☐ Sim ☐ Não

10- Se sim, em quê?

\_\_\_\_\_

**RELAÇÃO DOS/AS INVESTIGADOS/AS COM OS MOVIMENTOS SOCIAIS**

11 – Já participou ou participa de algum Movimento Social?

☐ Sim ☐ Não

12-Se sim, Qual/quais?: \_\_\_\_\_

13 - Fale um pouco das atividades que você exerceu ou exerce no Movimento:

---



---



---

14 – Atualmente, se considera **militante** de algum movimento social?

- ☐ Não  
☐ Sim

15 -Defina **militância** em três palavras:

---



---



---

16 - Conforme as palavras acima, as **enumere de acordo com a ordem de importância que você dá a cada uma delas:**

1ª: \_\_\_\_\_

2ª: \_\_\_\_\_

3ª: \_\_\_\_\_

17 - Fale dos motivos que o/a levou a participar desse Movimento Social: \_\_\_\_\_

---



---

### RELAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS COM A EDUCAÇÃO DO CAMPO

18 – O movimento social em que participou ou participa, tem alguma relação com as conquistas para efetivação das políticas públicas de Educação do Campo?

- ☐ Sim ☐ Não

19 – Você conhece o Projeto Pedagógico do Curso

- ☐ (PPC) Sim

- ☐ Não

20- Se sim,(na questão 11) você acha que o PPC do curso atende às demandas dos Movimentos Sociais do Campo?

- ☐ Sim ☐ Não ☐ Não sei responder

21 - Qual o seu objetivo em cursar a Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo?

---



---



---